DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / JURÍDICO

PROVA A

Código: 304

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 20 questões de Língua Portuguesa, 15 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

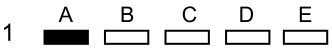
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"E o que o ser humano mais aspira é tornar-se ser humano."
Clarice Lispector

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em "A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]", o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em "Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.", a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em "[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.", a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em "Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que 'um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua'.", a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em "Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.", o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 2

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo "conforme" é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.

B) A expressão "é que", em "é na língua que", é classificada como locução denotativa que exprime realce.

C) O termo "que", em "do que somos", se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.

D) O termo "como" é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.

E) "Não obstante" é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 3

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.

II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.

III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.

IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.
B) I, III e IV, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 4

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.
B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.
C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.
D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.
E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

QUESTÃO 5

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.
B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.
C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.
D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.
E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 6

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) “Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.” (primitivo)
B) “A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...].” (verificar)
C) “Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...].” (discursos)
D) “Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...].” (descoberta)
E) “Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que ‘a atitude linguística assumida pelo falante [...]’.” (mantém)

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar “para trás”.

[...]

“A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas”, disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

“Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro”, disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. “Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial”, afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.
II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.
III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.
IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) “IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar ‘para trás’**.”
B) “[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**.”
C) “Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...].”
D) “[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**.”
E) “[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...].”

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) “[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência.” (introduzir uma oração subordinada adjetiva)
B) “[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA.” (introduzir uma oração subordinada adverbial)
C) “Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...].” (introduzir uma oração coordenada sindética)
D) “[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras.” (introduzir uma oração subordinada substantiva)
E) “E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...].” (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 10

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.
B) restrição, conformidade, confirmação.
C) adição, finalidade, consequência.
D) oposição, condicionalidade, conclusão.
E) complementação, comparação, explicação.

QUESTÃO 11

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em "Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso", o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.", o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em "A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]", o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em "Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.", a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em "Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.", o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

QUESTÃO 12

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.
B) "a grande ferramenta da atualidade" é um predicativo do sujeito.
C) "quem não se preparar" é um sujeito oracional.
D) "especialista" é o objeto direto do verbo de elocução "diz".
E) "vai ficar para trás" é uma oração principal em relação à oração anterior.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).
B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.
C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.
D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.
E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) "O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG)."

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) "[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...]."

[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) "Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...]."

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) "Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...]."

Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) "[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes."

[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 15

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho "o Inhotim é uma entidade privada".

II. A retomada de Inhotim por meio da expressão "um dos maiores museus a céu aberto do mundo" é um exemplo de emprego de descrição indefinida.

III. O uso do pronome possessivo "sua", em "Sua localização privilegiada", é um exemplo de nexo por associação.

IV. O emprego da descrição definida "os visitantes" promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

INSTRUÇÃO: Leia o texto IV para responder às questões de **16** a **20**.

TEXTO IV

Em tempos de fome, o desperdício ainda é um vilão

João Ribeiro da Silva trabalha vendendo hortaliças e legumes na feira de Jaguariúna, interior de São Paulo. Uma das coisas que mais incomoda o feirante é o grande desperdício de alimentos. "A cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo. Com tomate, chego a perder três. Basta a verdura estar um pouquinho menos bonita, que não adianta. Ninguém leva. Levamos muitos alimentos para a doação, mas a maior parte acaba mesmo estragando", relata o feirante.

A realidade descrita por João Ribeiro da Silva é um grave problema que contrasta com a estatística da fome. A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, estima que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçada. Em 2017, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos em condições para o consumo foi para o lixo, o que corresponde a U$ 750 bilhões. Um prejuízo superior ao Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, nossos vizinhos do Mercosul, que juntos produziram pouco mais de U$ 625 bilhões, segundo o Banco Mundial.

Se os números da economia do estrago de alimentos são alarmantes, medidas relativamente simples podem ajudar a amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala. "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes", declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Para o especialista, um plano de conscientização e educação também é essencial para combater o problema do desperdício. "Junta-se a estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio. Os programas de merenda escolar poderiam ter um papel, sendo utilizados como instrumento para prover às novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos."

Disponível em: https://www.comciencia.br/o-enigma-da-fome-vamos-conseguir-supera-lo/. Acesso em: 29 jun. 2023.

QUESTÃO 16

Em relação ao texto IV, é correto afirmar:

I. João Ribeiro da Silva é um feirante aborrecido com o grande desperdício de alimentos, que se estragam quando não são vendidos no mercado público de Jaguariúna, interior de São Paulo.

II. O desperdício de alimentos causa um prejuízo maior do que o Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, que juntos produziram mais de 750 bilhões de dólares.

III. O recolhimento de alimentos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e sua distribuição a comunidades carentes é uma das experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo.

IV. Tanto o governo quanto as organizações não governamentais podem implementar ações para o combate à perda de alimentos, segundo o especialista Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 17

Leia este trecho do texto IV.

"O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes", declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Em relação à análise das orações que compõem o período nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O primeiro período desse trecho consiste numa única oração, construída com um sujeito e um predicado, com que se faz uma afirmação.
B) Na primeira oração do segundo período, manifesta-se uma comparação correlativa que estabelece uma igualdade entre duas realidades, marcada por "tanto... como".
C) A segunda oração do segundo período expressa a causa da implementação das ações pelo governo ou por organizações não governamentais, por meio do uso de "como".
D) Na terceira oração do segundo período, a expressão "em que" pode ser substituída pelo pronome relativo "onde".
E) A última oração do segundo período é iniciada por um verbo de elocução, que tem por função indicar o interlocutor, cujas palavras são reproduzidas em discurso direto marcado pelo uso de aspas.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso ou para a falta do sinal indicativo de crase está incorreta.

A) "'**A** cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo.'" (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição "a".)
B) "[...] medidas relativamente simples podem ajudar **a** amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala." (Não há crase diante de forma verbal precedida da preposição "a".)
C) "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate **à** desnutrição." (Há crase diante de substantivo feminino precedido de artigo feminino e da preposição "a".)
D) "Junta-se **a** estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio." (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição "a".)
E) "[...] sendo utilizados como instrumento para prover **às** novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos." (Há crase diante de termo feminino precedido de artigo feminino e da preposição "a".)

QUESTÃO 19

Considerando sua tipologia, o texto IV é argumentativo em sua forma predominante de organização porque se caracteriza

A) pelos enunciados descritivos, no presente atemporal, que descrevem certos episódios relacionados ao desperdício de alimentos.
B) pelo esclarecimento sobre um fato no passado relativo ao problema do desperdício de alimentos, com o propósito de fazer saber o que acontece atualmente.
C) pela presença de sequências fáticas que têm por função abrir e fechar a interlocução direta do locutor / autor com o feirante e o especialista.
D) pela refutação do desperdício de alimentos, que contrasta com o problema da fome, e pela apresentação de argumentos favoráveis ao que se deseja defender.
E) pelas prescrições de ações a serem realizadas pelo destinatário do texto, visando à educação para o combate ao desperdício de alimentos.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa em que o termo em destaque denota o que está apresentado entre parênteses, considerando seu uso no texto IV.

A) "Uma das coisas que **mais** incomoda [...]." (inclusão)
B) "[...] **mas** a maior parte acaba mesmo estragando." (adição)
C) "[...] medidas **relativamente** simples podem ajudar [...]." (referência)
D) "O combate às perdas de alimentos **deve** ser [...]." (persistência)
E) "[...] a educação do consumidor **para** reduzir as perdas [...]." (finalidade)

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 21

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.

C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.

D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.

E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 22

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.

III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 23

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.

C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.

D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.

E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 24

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.

B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.

C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.

D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.

E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 25

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 26

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 27

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.
B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.
C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.
D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.
E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 28

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 29

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.
B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.
C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.
D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.
E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 30

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 31

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se à esfera privada e também à Administração Pública.

Quanto àquela disciplina sobre o tratamento de dados pessoais pelo poder público, é incorreto afirmar:

A) Aplica-se a LGPD à Administração Pública direta e indireta dos entes componentes da Federação.
B) Aos registros notariais de registro exercidos em caráter privado por delegação do poder público, aplica-se o mesmo tratamento legal dispensado às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, nos termos da lei.
C) Às empresas públicas e às sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, nos termos da Constituição da República, é dispensado o mesmo tratamento legal aplicável às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública.
D) Mesmo na hipótese de dados acessíveis publicamente, é vedado ao poder público, no tratamento de dados, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de base de dados a que tenha acesso.
E) O titular dos dados pessoais tem direito de obter do controlador, em relação aos dados por ele tratados, entre outras medidas, a confirmação da existência do tratamento e o acesso aos dados.

QUESTÃO 32

O Estado de Minas Gerais garante regime previdenciário próprio a servidores públicos estaduais.

Segundo o que dispõe a Constituição do Estado sobre a matéria, é correto afirmar:

A) Aplica-se o regime próprio aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos ou de confiança do Estado, incluídas suas autarquias e fundações.
B) O regime próprio tem caráter contributivo, abrangendo contribuição do Estado, dos servidores ativos e também dos aposentados e pensionistas.
C) Visando à sua eficiência e à impessoalidade, o regime será gerido por instituição de natureza privada contratada mediante licitação.
D) Os servidores abrangidos pelo regime próprio serão aposentados compulsoriamente aos setenta anos, com proventos integrais, na forma de lei complementar.
E) No regime especial de previdência, não há distinção do critério de idade entre homem e mulher para fins de obtenção da aposentadoria voluntária.

QUESTÃO 33

Murilo foi provido em cargo público da Administração Pública Direta do Estado de Minas Gerais mediante reversão.

Segundo o que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar:

A) O provimento se deu em virtude de decisão judicial transitada em julgado.
B) A reversão se deu necessariamente a pedido de Murilo.
C) Murilo já havia sido aposentado no serviço público estadual.
D) Por ser determinada judicialmente, a reversão independe de inspeção médica.
E) A reversão tem como causa as limitações sofridas por Murilo em sua capacidade física ou mental, que o impedem de exercer as atribuições de seu cargo original.

QUESTÃO 34

As atribuições básicas das carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais são fixadas pela Lei nº 22.790/2017 e detalhadas em ato do Conselho Superior da referida Defensoria.

Considere as atribuições enumeradas a seguir.

I. Realizar atividades que envolvam o suporte técnico e administrativo, documentação, informação jurídica, gestão de material e patrimônio, levantamento de dados, elaboração de relatórios, expedição e arquivamento de documentos e correspondências, atendimento ao público externo e interno.
II. Desempenhar funções auxiliares necessárias ao cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública e à gestão administrativa, financeira, orçamentária e de pessoal, como o exercício de atividades nas áreas, dentre outras, de assistência social, contabilidade, planejamento, recursos humanos, licitações e informática, desde que compatíveis com o seu grau de escolaridade.
III. Assessorar, por meio do vínculo de fidúcia estabelecido com a autoridade nomeante e em conexão direta com sua independência funcional, na confecção ou na revisão de laudos e documentos pré-processuais ou processuais iniciais, interlocutórias, finais e recursais, antes da juntada nos autos dos expedientes administrativos e dos processos judiciais.

Segundo o que dispõe a referida lei, é correto afirmar que as atribuições

A) do item I são da carreira de Analista.
B) dos itens I e III são da carreira de Técnico.
C) do item II são da carreira de Analista.
D) do item II e III são da carreira de Técnico.
E) dos itens I, II e III são da carreira de Técnico.

QUESTÃO 35

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, não resulta na vacância do cargo público a

A) licença.
B) exoneração.
C) transferência.
D) aposentadoria.
E) promoção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / JURÍDICO

QUESTÃO 36

Com relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido o direito de herança, e a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *"de cujus"*.

B) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada e não haverá juízo ou tribunal de exceção.

C) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos; a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; e quanto à prática do racismo, constitui crime inafiançável, insuscetível de anistia, graça ou indulto e é imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

D) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa; suspensão ou interdição de direitos.

E) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX, da Constituição Federal; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; cruéis; e às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

QUESTÃO 37

Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa.

B) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

C) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira; e aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular, sendo certo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

E) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de: trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz e dezoito anos para Vereador.

QUESTÃO 38

Com relação à ordem social e aos povos originários, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

D) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *"ad referendum"* da Câmara dos Deputados, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

E) Os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

QUESTÃO 39

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as seguintes matérias, exceto:

A) Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.

B) Concessão de anistia, graça e indulto.

C) Criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.

D) Moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

E) Telecomunicações e radiodifusão.

QUESTÃO 40

A intervenção federal da União nos Estados e no Distrito Federal será possível nos seguintes casos, exceto:

A) Para assegurar o sistema representativo e o regime democrático.

B) Para assegurar os direitos da pessoa humana.

C) Para assegurar a autonomia municipal.

D) Para assegurar a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

E) Para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos municipais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 41

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal.

B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

D) Considera-se relevante a matéria, para fins de processamento do recurso especial, as ações penais, as ações de improbidade administrativa, ações cujo valor da causa ultrapasse 60 (sessenta) salários-mínimos, ações que possam gerar inelegibilidade, hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e outras previstas em lei.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

QUESTÃO 42

No que se refere à ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A petição inicial inepta não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

II. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

III. Caso entenda ser necessário, o relator poderá solicitar informações aos Tribunais Superiores, federais e estaduais, acerca da aplicação da norma questionada no âmbito de sua jurisdição, que deverão ser cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias, contado da solicitação do relator.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I, II e III.
D) I e II, apenas.
E) I e III, apenas.

QUESTÃO 43

Sobre a competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar seu regimento interno.
C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Senado Federal dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
E) Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

QUESTÃO 44

No tocante à organização do Estado, prevista na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir.

I. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas à competência privativa da União.

II. O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período.

III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Está(ão) incorreta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas
D) III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 45

Com base no texto constitucional, assinale a alternativa que apresenta as matérias de competência privativa da União para legislar.

A) Legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, financeiro, espacial e do trabalho.
B) Legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
C) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
D) Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
E) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e ciência.

QUESTÃO 46

Com base no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, assinale a alternativa que não constitui objetivo prioritário do Estado.

A) Promover as condições necessárias para a fixação do homem no campo.

B) Promover os valores sociais do trabalho garantindo a efetividade da livre iniciativa e livre concorrência.

C) Preservar os valores éticos.

D) Assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos.

E) Promover a regionalização da ação administrativa, em busca do equilíbrio no desenvolvimento das coletividades.

QUESTÃO 47

Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedada a exigência de qualificações profissionais.

C) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

E) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 48

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, disciplinados no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) O Estado deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

B) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

D) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, exceto para aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa correta.

A) A criação, a modificação e a extinção de Defensorias Públicas Especializadas, bem como sua estrutura e suas atribuições, serão fixadas pelo Defensor Público-Geral, mediante proposta do Conselho Superior da Defensoria Pública, observadas a permanência e a prioridade de sua atuação.

B) A implantação das Defensorias Públicas Especializadas independerá da estrutura e dos serviços auxiliares necessários a seu funcionamento, desde que haja previsão para sua implementação estrutural no prazo de 6 (seis) meses da respectiva instalação.

C) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação temporário e de âmbito local ou regional, podendo ser permanente desde que prevista em Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública ou em lei.

D) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação permanente e de âmbito local ou regional, coordenados por um Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral dentre os seus integrantes, e têm como competência a proteção, a preservação e a reparação dos direitos fundamentais, nestes compreendidos os direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

E) Sem prejuízo de outras áreas de atuação previstas por Resolução do Defensor Público-Geral, as Defensorias Públicas Especializadas atuarão nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, na proteção, preservação e reparação dos direitos de grupos sociais vulneráveis e das pessoas vítimas de qualquer forma de opressão ou violência e nos conflitos fundiários urbanos e agrários.

QUESTÃO 50

Com relação aos deveres e proibições do membro da Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O membro da Defensoria Pública tem o dever de comparecer diariamente, durante o horário regular do expediente, à sede do órgão em que atue, exercendo os atos do seu ofício; ter irrepreensível conduta, pugnando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções; desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral e desempenhar com eficiência e produtividade as atribuições inerentes ao cargo.

B) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência em razão de seu cargo; prestar as informações solicitadas pelos órgãos da administração superior da Defensoria Pública; atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença; respeitar as partes e tratá-las com urbanidade.

C) O membro da Defensoria Pública tem o dever de se declarar suspeito ou impedido, nos termos da lei; manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, especialmente nos que tramitam em segredo de justiça; velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda; sugerir ao Defensor Público-Geral providências para a melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação; interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos.

D) O membro da Defensoria Pública tem o dever de apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas, da tramitação dos processos e das tarefas que lhe forem atribuídas, com sugestões para o aprimoramento dos serviços; exercer, mediante designação do Conselho Superior, a coordenadoria de órgão de atuação da Defensoria Pública e outros cargos de confiança da instituição; integrar comissão de processo administrativo-disciplinar; permanecer no fórum ou nos locais destinados aos órgãos de atuação, em horário necessário ou conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições.

E) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar à autoridade competente quando, no exercício de suas atribuições, tiver conhecimento da prática de infração penal; indicar seu nome e sua condição de Defensor Público, bem como sua matrícula na instituição, em todos os documentos assinados por ele no exercício de suas atribuições; manter arquivo com cópias de manifestações processuais no órgão de atuação da Defensoria Pública e de outros atos praticados no exercício do cargo; obedecer aos atos normativos regularmente expedidos.

QUESTÃO 51

Com respeito à estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete à Ouvidoria-Geral receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.

B) Compete à Ouvidoria-Geral propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

C) Compete à Ouvidoria-Geral elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.

D) Compete à Ouvidoria-Geral estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados.

E) Compete à Ouvidoria-Geral participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

QUESTÃO 52

À luz da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, no que se refere ao Conselho Superior da Defensoria Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública representar ao Corregedor-Geral sobre a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro da Defensoria Pública.

II. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública sugerir ao Defensor Público-Geral a edição de recomendação, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução, para o desempenho de suas funções.

III. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a remoção voluntária dos integrantes da carreira de Defensor Público.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) III, apenas.

D) I, II e III.

E) II e III, apenas.

QUESTÃO 53

No que diz respeito ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 65/2003, sobre a organização da Defensoria Pública do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. A eleição dos membros do Conselho Superior, para mandato de dois anos, será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de novembro, devendo ser convocada com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.

II. A ausência injustificada de membro do Conselho Superior a três reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas, implicará a perda automática do mandato.

III. Ocorrendo a vacância do cargo de Defensor Público-Geral, assumirá interinamente o Subdefensor Público-Geral, e será realizada nova eleição, em trinta dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 54

À luz do disposto na Lei Complementar nº 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a organização nos Estados, sobre a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, assinale a alternativa incorreta.

A) O Corregedor-Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de três quintos do Conselho Superior, antes do término do mandato.
B) A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.
C) A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
D) A lei estadual poderá criar um ou mais cargos de Subcorregedor, fixando as atribuições e especificando a forma de designação.
E) Compete à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

QUESTÃO 55

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
B) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de atuação estratégica previamente estabelecido pelo Governo Federal e aprovado pelo Senado Federal, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
C) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 56

Com relação à organização do Estado e dos Poderes, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Admitida a acusação contra o presidente da República, por 3/5 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

B) Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

C) Compete privativamente ao presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

D) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

E) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

QUESTÃO 57

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, em recurso ordinário o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão como também o crime político.

B) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

C) Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber as reclamações e delas conhecer contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

QUESTÃO 58

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

B) São funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

C) A Advocacia-Geral da União é a instituição permanente que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

D) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

E) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 59

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São também objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

B) São também objetivos da Defensoria Pública a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

C) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

D) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao Poder Executivo.

E) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

QUESTÃO 60

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a afirmativa incorreta.

A) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a qualidade e a eficiência do atendimento.

B) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

C) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

D) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.

E) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a informação antecipada de no mínimo 48 horas sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.

QUESTÃO 61

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 80/1994 no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

B) Cabe à lei dispor sobre os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, que serão organizados em quadro próprio, composto de cargos que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da instituição.

C) Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de 2 (dois) anos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período e podendo ser dispensados do estágio antes de decorrido o prazo de sua duração por meio de próprio pedido ou pela prática de ato que justifique seu desligamento.

D) A Defensoria Pública poderá firmar convênios com associações de classe ou entidades congêneres e assemelhadas, objetivando a manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus membros e servidores.

E) A Defensoria Pública, nos termos da lei, poderá manter estágio profissional para acadêmico de Direito que esteja matriculado nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido.

QUESTÃO 62

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O processo administrativo-disciplinar será instaurado por ato do Corregedor-Geral e do Defensor Público-Geral, quando recomendado pelo Conselho Superior.

B) Caso a infração seja punível com pena de demissão, caberá ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a matéria.

C) O processo administrativo-disciplinar é confidencial e as sanções disciplinares farão referência exclusivamente ao número do processo e ao fato que lhe deu origem.

D) O membro da Defensoria Pública será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados, para defesa em 15 (quinze) dias contados do efetivo recebimento da notificação.

E) A notificação do membro da Defensoria Pública será feita mediante edital publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, com prazo de 5 (cinco) dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se furtar à realização do ato.

QUESTÃO 63

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver reincidência em falta punida com advertência ou suspensão por mais de 6 (seis) meses.

B) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio estatal ou de bens e valores confiados à sua guarda.

C) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver incontinência pública escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade ou o decoro inerentes ao cargo e à instituição.

D) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo.

E) A pena de cassação da aposentadoria será aplicada nos casos de falta punível com demissão, praticada no exercício do cargo.

QUESTÃO 64

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

B) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado adotar postura incompatível com a dignidade do cargo.

C) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

D) É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau.

E) Além das proibições gerais decorrentes do exercício do cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer atividade político-partidária enquanto atuar na Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 65

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas e com privacidade, e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.

B) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem designação, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

C) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, com assinatura devidamente identificada.

D) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, deixar de patrocinar ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu procedimento.

E) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, não ser preso senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediatamente comunicação oral ao Corregedor-Geral da instituição.

QUESTÃO 66

Em relação ao dever de publicidade da Administração Pública e ao direito de acesso a informações sob guarda do poder público, é incorreto afirmar:

A) O pedido de acesso a informações deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.
B) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
C) Os órgãos ou entidades do poder público podem oferecer meios para que o próprio requerente pesquise a informação que necessitar.
D) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo.
E) Quando não for autorizado o acesso a informações sigilosas, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição.

QUESTÃO 67

Considere que uma lei atribuiu o exercício de poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público, que presta apenas serviço público de atuação própria do Estado, em determinada região, onde atuam também concessionários do mesmo serviço público e que, assim, concorrem com a referida sociedade de economia mista.

Nessa situação, em consonância com a mais recente jurisprudência do STF, é correto afirmar que

A) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica da administração indireta.
B) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.
C) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de natureza empresarial.
D) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica que atua em regime concorrencial.
E) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é válida.

QUESTÃO 68

Na hipótese de as atribuições administrativas serem outorgadas por lei aos vários órgãos que compõem a hierarquia, criando-se uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, trata-se de um fenômeno que caracteriza a

A) concertação administrativa.
B) delegação administrativa.
C) descentralização administrativa.
D) descentralização política.
E) desconcentração administrativa.

QUESTÃO 69

Suponha que uma entidade da Administração Pública, com base nas normas gerais de parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, pretende estabelecer uma parceria com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que não envolverá transferência de recursos financeiros.

Nesse caso, o instrumento por meio do qual será formalizada a parceria denomina-se

A) acordo de cooperação.
B) convênio.
C) termo de colaboração.
D) termo de fomento.
E) termo de parceria.

QUESTÃO 70

A doutrina do Direito Administrativo indica hipóteses em que é racionalmente impossível a convalidação de vícios do ato administrativo, pois, se o mesmo conteúdo fosse novamente produzido, seria reproduzida a invalidade anterior.

Segundo esse posicionamento, a convalidação é racionalmente impossível se o ato administrativo apresentar vícios relativos

A) à competência, à finalidade e ao motivo.
B) à competência e ao objeto, apenas.
C) ao objeto, à finalidade, ao motivo e à causa.
D) ao objeto e à finalidade, apenas.
E) ao objeto e ao motivo, apenas.

QUESTÃO 71

De acordo com a lei que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais, satisfeitos os demais requisitos legais, os atos que apresentarem defeito sanável

A) poderão ser convalidados pela Administração.
B) poderão ser convalidados pelo Poder Judiciário.
C) poderão ser revogados pela Administração.
D) prescindem de convalidação pela Administração.
E) serão convalidados pela Administração.

QUESTÃO 72

Analise a proposição I e a razão II a seguir e a correlação entre elas.

I. Em relação ao uso de bem público por particular, conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a precariedade que está presente em todas as modalidades de uso privativo se caracteriza pela revogabilidade da outorga a qualquer tempo, por iniciativa da Administração,

PORQUE

II. mesmo que a outorga seja feita por contrato, com prazo determinado, é possível a sua revogação por motivo de interesse público.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 73

Analise as afirmativas a seguir, relativas à margem de preferência em licitações.

I. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal.
II. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
III. As microempresas e empresas de pequeno porte gozam de margem de preferência em itens de contratação cujo valor seja de até oitenta mil reais.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 74

O procedimento que visa a selecionar previamente bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração denomina-se

A) catálogo de padronização.
B) credenciamento.
C) pré-qualificação.
D) registro cadastral.
E) registro de preços.

QUESTÃO 75

Analise as afirmativas a seguir, relativas à formalização dos contratos administrativos.

I. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á às penalidades legais e à perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.
II. Se o licitante vencedor, regularmente convocado, não assinar o termo de contrato nos respectivos prazo e condições, faculta-se à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
III. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração poderá convocar esses licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 76

A respeito da política tarifária nas concessões de serviços públicos, conforme as normas gerais sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é incorreto afirmar:

A) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, ressalvados os impostos sobre a renda.
B) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação.
C) Desde que haja específica previsão em lei, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
D) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
E) Somente nos casos expressamente previstos em lei, a cobrança de tarifa poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

QUESTÃO 77

Em relação à interpretação prevalecente no Supremo Tribunal Federal, referente à responsabilidade pelos danos causados a terceiros pelos agentes do Estado, atuando nessa qualidade, é correto afirmar que a ação judicial por danos causados por esses agentes

A) deve ser ajuizada contra o Estado e o respectivo agente e, caso comprovado dolo ou culpa deste, ficará assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.

B) deve ser ajuizada contra o Estado, sendo parte ilegítima para a ação o agente autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

C) pode ser ajuizada contra o Estado apenas, cabendo, porém, a este a denunciação da lide àquele agente que entenda ter atuado dolosa ou culposamente e, assim, esteja obrigado a indenizar, em ação regressiva, o valor da indenização a ser paga pelo Estado, se vencido no processo.

D) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, cabendo, porém, a qualquer desses a denunciação da lide ao ente estatal ou ao agente responsável que não tenha sido indicado pelo autor no polo passivo.

E) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, sendo que, no segundo caso, o autor da ação terá o ônus de comprovar o dolo ou a culpa do agente.

QUESTÃO 78

Analise a proposição I e a razão II a seguir, ambas relativas à requisição de bens e serviços, e a correlação entre elas.

I. Conforme José dos Santos Carvalho Filho, a requisição somente pode recair sobre bens e serviços privados, sendo inconstitucional a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro,

PORQUE

II. se trata de bens e serviços públicos e inexiste hierarquia entre os entes federativos.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.

E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 79

João da Silva, servidor público, depois de três meses sem receber uma parcela de seus vencimentos, impetrou mandado de segurança com o objetivo de receber os valores relativos a essa parcela. Dois meses depois de ajuizar a petição inicial, obteve liminar que restabeleceu o pagamento da referida parcela. A liminar foi cassada dois meses depois da sua concessão. Um ano depois de ajuizar a petição inicial, foi proferida sentença reconhecendo o direito de João da Silva ao recebimento da parcela e declarando a nulidade do ato administrativo que determinara, ilegalmente, a exclusão dessa parcela de seus vencimentos.

Nesse caso, o pagamento dos valores assegurados na sentença concessiva do mandado de segurança será efetuado

A) em relação às prestações vencidas a contar da data da expedição do ato administrativo que ilegalmente determinou a exclusão da parcela dos vencimentos de João da Silva.

B) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da concessão da liminar.

C) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da publicação da sentença.

D) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do ajuizamento da inicial.

E) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 80

Analise as afirmativas a seguir, relativas à interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à nova configuração normativa da improbidade administrativa, conferida pela Lei nº 14.230/2021.

I. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada e nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

II. As novas normas se aplicam aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

III. O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / JURÍDICO

Leia estes textos.

TEXTO I

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

[...]

SEÇÃO III

DA ADVOCACIA

[...]

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

SEÇÃO IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA

[...]

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

São princípios institucionais da Defensoria Pública [...]: a UNIDADE, a INDIVISIBILIDADE e a INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.

É certo que a Defensoria Pública tem um papel diferenciado entre as instituições do mundo jurídico, pois é a instituição que tem por objetivo a concretização do acesso à Justiça a todos indistintamente, sendo, portanto, vital ao processo de efetivação de direitos.

[...]

Via de regra, são considerados necessitados, para fins de atendimento pela Defensoria Pública, aqueles cuja condição econômica não permita pagar as custas do processo ou contratar advogado sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Há casos, entretanto, em que a assistência prestada pela Defensoria Pública independe da insuficiência econômica, como nas hipóteses de curadoria especial ou crianças desamparadas em situação de risco. O caso concreto sempre será analisado para definir se é possível, ou não, o patrocínio pela Defensoria Pública, observando as normas legais e os atos administrativos pertinentes.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Disponível em: https://defensoria.mg.def.br/dpmg/perfil/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, explicando **a importância do papel do analista jurídico no cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública**.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA A

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / JURÍDICO

PROVA B

Código: 304

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 20 questões de Língua Portuguesa, 15 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

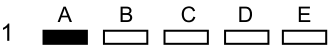
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"Tenho em mim todos os sonhos do mundo."
Fernando Pessoa

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em "A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]", o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em "Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.", a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em "[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.", a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em "Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que 'um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua'.", a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em "Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.", o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 2

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.

II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.

III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.

IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 3

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo “conforme” é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.

B) A expressão “é que”, em “é na língua que”, é classificada como locução denotativa que exprime realce.

C) O termo “que”, em “do que somos”, se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.

D) O termo “como” é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.

E) “Não obstante” é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 4

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.

B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.

C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.

D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.

E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

QUESTÃO 5

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.

B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.

C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.

D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.

E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 6

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) “Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.” (primitivo)

B) “A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...].” (verificar)

C) “Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...].” (discursos)

D) “Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...].” (descoberta)

E) “Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que ‘a atitude linguística assumida pelo falante [...]’.” (mantém)

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar "para trás".

[...]

"A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas", disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

"Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro", disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. "Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial", afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.
II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.
III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.
IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 8

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em "Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso", o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.", o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em "A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]", o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em "Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.", a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em "Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.", o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) "[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência." (introduzir uma oração subordinada adjetiva)

B) "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA." (introduzir uma oração subordinada adverbial)

C) "Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]." (introduzir uma oração coordenada sindética)

D) "[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras." (introduzir uma oração subordinada substantiva)

E) "E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...]." (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) "IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar 'para trás'**."

B) "[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**."

C) "Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]."

D) "[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**."

E) "[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...]."

QUESTÃO 11

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.

B) "a grande ferramenta da atualidade" é um predicativo do sujeito.

C) "quem não se preparar" é um sujeito oracional.

D) "especialista" é o objeto direto do verbo de elocução "diz".

E) "vai ficar para trás" é uma oração principal em relação à oração anterior.

QUESTÃO 12

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.

B) restrição, conformidade, confirmação.

C) adição, finalidade, consequência.

D) oposição, condicionalidade, conclusão.

E) complementação, comparação, explicação.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) “O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).”
O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) “[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].”
[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) “Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...].”
Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) “Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].”
Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) “[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.”
[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 14

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho “o Inhotim é uma entidade privada”.
II. A retomada de Inhotim por meio da expressão “um dos maiores museus a céu aberto do mundo” é um exemplo de emprego de descrição indefinida.
III. O uso do pronome possessivo “sua”, em “Sua localização privilegiada”, é um exemplo de nexo por associação.
IV. O emprego da descrição definida “os visitantes” promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.
B) II e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 15

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).
B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.
C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.
D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.
E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

INSTRUÇÃO: Leia o texto IV para responder às questões de **16** a **20**.

TEXTO IV

Em tempos de fome, o desperdício ainda é um vilão

João Ribeiro da Silva trabalha vendendo hortaliças e legumes na feira de Jaguariúna, interior de São Paulo. Uma das coisas que mais incomoda o feirante é o grande desperdício de alimentos. "A cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo. Com tomate, chego a perder três. Basta a verdura estar um pouquinho menos bonita, que não adianta. Ninguém leva. Levamos muitos alimentos para a doação, mas a maior parte acaba mesmo estragando", relata o feirante.

A realidade descrita por João Ribeiro da Silva é um grave problema que contrasta com a estatística da fome. A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, estima que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçada. Em 2017, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos em condições para o consumo foi para o lixo, o que corresponde a U$ 750 bilhões. Um prejuízo superior ao Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, nossos vizinhos do Mercosul, que juntos produziram pouco mais de U$ 625 bilhões, segundo o Banco Mundial.

Se os números da economia do estrago de alimentos são alarmantes, medidas relativamente simples podem ajudar a amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala. "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes", declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Para o especialista, um plano de conscientização e educação também é essencial para combater o problema do desperdício. "Junta-se a estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio. Os programas de merenda escolar poderiam ter um papel, sendo utilizados como instrumento para prover às novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos."

Disponível em: https://www.comciencia.br/o-enigma-da-fome-vamos-conseguir-supera-lo/. Acesso em: 29 jun. 2023.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa em que o termo em destaque denota o que está apresentado entre parênteses, considerando seu uso no texto IV.

A) "Uma das coisas que **mais** incomoda [...]." (inclusão)

B) "[...] **mas** a maior parte acaba mesmo estragando." (adição)

C) "[...] medidas **relativamente** simples podem ajudar [...]." (referência)

D) "O combate às perdas de alimentos **deve** ser [...]." (persistência)

E) "[...] a educação do consumidor **para** reduzir as perdas [...]." (finalidade)

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso ou para a falta do sinal indicativo de crase está incorreta.

A) "'**A** cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo.'" (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição "a".)

B) "[...] medidas relativamente simples podem ajudar **a** amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala." (Não há crase diante de forma verbal precedida da preposição "a".)

C) "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate **à** desnutrição." (Há crase diante de substantivo feminino precedido de artigo feminino e da preposição "a".)

D) "Junta-se **a** estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio." (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição "a".)

E) "[...] sendo utilizados como instrumento para prover **às** novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos." (Há crase diante de termo feminino precedido de artigo feminino e da preposição "a".)

QUESTÃO 18

Considerando sua tipologia, o texto IV é argumentativo em sua forma predominante de organização porque se caracteriza

A) pelos enunciados descritivos, no presente atemporal, que descrevem certos episódios relacionados ao desperdício de alimentos.

B) pelo esclarecimento sobre um fato no passado relativo ao problema do desperdício de alimentos, com o propósito de fazer saber o que acontece atualmente.

C) pela presença de sequências fáticas que têm por função abrir e fechar a interlocução direta do locutor / autor com o feirante e o especialista.

D) pela refutação do desperdício de alimentos, que contrasta com o problema da fome, e pela apresentação de argumentos favoráveis ao que se deseja defender.

E) pelas prescrições de ações a serem realizadas pelo destinatário do texto, visando à educação para o combate ao desperdício de alimentos.

QUESTÃO 19

Leia este trecho do texto IV.

“O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de ‘resgate de alimentos’ em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes”, declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Em relação à análise das orações que compõem o período nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O primeiro período desse trecho consiste numa única oração, construída com um sujeito e um predicado, com que se faz uma afirmação.
B) Na primeira oração do segundo período, manifesta-se uma comparação correlativa que estabelece uma igualdade entre duas realidades, marcada por “tanto... como”.
C) A segunda oração do segundo período expressa a causa da implementação das ações pelo governo ou por organizações não governamentais, por meio do uso de “como”.
D) Na terceira oração do segundo período, a expressão “em que” pode ser substituída pelo pronome relativo “onde”.
E) A última oração do segundo período é iniciada por um verbo de elocução, que tem por função indicar o interlocutor, cujas palavras são reproduzidas em discurso direto marcado pelo uso de aspas.

QUESTÃO 20

Em relação ao texto IV, é correto afirmar:

I. João Ribeiro da Silva é um feirante aborrecido com o grande desperdício de alimentos, que se estragam quando não são vendidos no mercado público de Jaguariúna, interior de São Paulo.
II. O desperdício de alimentos causa um prejuízo maior do que o Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, que juntos produziram mais de 750 bilhões de dólares.
III. O recolhimento de alimentos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e sua distribuição a comunidades carentes é uma das experiências de ‘resgate de alimentos’ em andamento em várias partes do mundo.
IV. Tanto o governo quanto as organizações não governamentais podem implementar ações para o combate à perda de alimentos, segundo o especialista Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 21

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 22

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 23

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 24

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.
B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.
C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.
D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.
E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 25

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.
III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 26

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 27

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.
B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.
C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.
D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.
E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 28

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.

C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.

D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.

E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 29

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.

C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.

D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.

E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 30

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.

B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.

C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.

D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.

E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 31

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, não resulta na vacância do cargo público a

A) licença.

B) exoneração.

C) transferência.

D) aposentadoria.

E) promoção.

QUESTÃO 32

Murilo foi provido em cargo público da Administração Pública Direta do Estado de Minas Gerais mediante reversão.

Segundo o que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar:

A) O provimento se deu em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

B) A reversão se deu necessariamente a pedido de Murilo.

C) Murilo já havia sido aposentado no serviço público estadual.

D) Por ser determinada judicialmente, a reversão independe de inspeção médica.

E) A reversão tem como causa as limitações sofridas por Murilo em sua capacidade física ou mental, que o impedem de exercer as atribuições de seu cargo original.

QUESTÃO 33

As atribuições básicas das carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais são fixadas pela Lei nº 22.790/2017 e detalhadas em ato do Conselho Superior da referida Defensoria.

Considere as atribuições enumeradas a seguir.

I. Realizar atividades que envolvam o suporte técnico e administrativo, documentação, informação jurídica, gestão de material e patrimônio, levantamento de dados, elaboração de relatórios, expedição e arquivamento de documentos e correspondências, atendimento ao público externo e interno.

II. Desempenhar funções auxiliares necessárias ao cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública e à gestão administrativa, financeira, orçamentária e de pessoal, como o exercício de atividades nas áreas, dentre outras, de assistência social, contabilidade, planejamento, recursos humanos, licitações e informática, desde que compatíveis com o seu grau de escolaridade.

III. Assessorar, por meio do vínculo de fidúcia estabelecido com a autoridade nomeante e em conexão direta com sua independência funcional, na confecção ou na revisão de laudos e documentos pré-processuais ou processuais iniciais, interlocutórias, finais e recursais, antes da juntada nos autos dos expedientes administrativos e dos processos judiciais.

Segundo o que dispõe a referida lei, é correto afirmar que as atribuições

A) do item I são da carreira de Analista.
B) dos itens I e III são da carreira de Técnico.
C) do item II são da carreira de Analista.
D) do item II e III são da carreira de Técnico.
E) dos itens I, II e III são da carreira de Técnico.

QUESTÃO 34

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se à esfera privada e também à Administração Pública.

Quanto àquela disciplina sobre o tratamento de dados pessoais pelo poder público, é incorreto afirmar:

A) Aplica-se a LGPD à Administração Pública direta e indireta dos entes componentes da Federação.
B) Aos registros notariais de registro exercidos em caráter privado por delegação do poder público, aplica-se o mesmo tratamento legal dispensado às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, nos termos da lei.
C) Às empresas públicas e às sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, nos termos da Constituição da República, é dispensado o mesmo tratamento legal aplicável às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública.
D) Mesmo na hipótese de dados acessíveis publicamente, é vedado ao poder público, no tratamento de dados, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de base de dados a que tenha acesso.
E) O titular dos dados pessoais tem direito de obter do controlador, em relação aos dados por ele tratados, entre outras medidas, a confirmação da existência do tratamento e o acesso aos dados.

QUESTÃO 35

O Estado de Minas Gerais garante regime previdenciário próprio a servidores públicos estaduais.

Segundo o que dispõe a Constituição do Estado sobre a matéria, é correto afirmar:

A) Aplica-se o regime próprio aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos ou de confiança do Estado, incluídas suas autarquias e fundações.
B) O regime próprio tem caráter contributivo, abrangendo contribuição do Estado, dos servidores ativos e também dos aposentados e pensionistas.
C) Visando à sua eficiência e à impessoalidade, o regime será gerido por instituição de natureza privada contratada mediante licitação.
D) Os servidores abrangidos pelo regime próprio serão aposentados compulsoriamente aos setenta anos, com proventos integrais, na forma de lei complementar.
E) No regime especial de previdência, não há distinção do critério de idade entre homem e mulher para fins de obtenção da aposentadoria voluntária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / JURÍDICO

QUESTÃO 36

No tocante à organização do Estado, prevista na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir.

I. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas à competência privativa da União.

II. O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período.

III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Está(ão) incorreta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas
D) III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 37

À luz da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, no que se refere ao Conselho Superior da Defensoria Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública representar ao Corregedor-Geral sobre a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro da Defensoria Pública.

II. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública sugerir ao Defensor Público Geral a edição de recomendação, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução, para o desempenho de suas funções.

III. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a remoção voluntária dos integrantes da carreira de Defensor Público.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) III, apenas.
D) I, II e III.
E) II e III, apenas.

QUESTÃO 38

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver reincidência em falta punida com advertência ou suspensão por mais de 6 (seis) meses.
B) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio estatal ou de bens e valores confiados à sua guarda.
C) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver incontinência pública escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade ou o decoro inerentes ao cargo e à instituição.
D) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo.
E) A pena de cassação da aposentadoria será aplicada nos casos de falta punível com demissão, praticada no exercício do cargo.

QUESTÃO 39

Com base no texto constitucional, assinale a alternativa que apresenta as matérias de competência privativa da União para legislar.

A) Legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, financeiro, espacial e do trabalho.
B) Legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
C) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
D) Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
E) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e ciência.

QUESTÃO 40

Com relação aos deveres e proibições do membro da Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O membro da Defensoria Pública tem o dever de comparecer diariamente, durante o horário regular do expediente, à sede do órgão em que atue, exercendo os atos do seu ofício; ter irrepreensível conduta, pugnando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções; desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral e desempenhar com eficiência e produtividade as atribuições inerentes ao cargo.

B) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência em razão de seu cargo; prestar as informações solicitadas pelos órgãos da administração superior da Defensoria Pública; atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença; respeitar as partes e tratá-las com urbanidade.

C) O membro da Defensoria Pública tem o dever de se declarar suspeito ou impedido, nos termos da lei; manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, especialmente nos que tramitam em segredo de justiça; velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda; sugerir ao Defensor Público-Geral providências para a melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação; interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos.

D) O membro da Defensoria Pública tem o dever de apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas, da tramitação dos processos e das tarefas que lhe forem atribuídas, com sugestões para o aprimoramento dos serviços; exercer, mediante designação do Conselho Superior, a coordenadoria de órgão de atuação da Defensoria Pública e outros cargos de confiança da instituição; integrar comissão de processo administrativo-disciplinar; permanecer no fórum ou nos locais destinados aos órgãos de atuação, em horário necessário ou conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições.

E) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar à autoridade competente quando, no exercício de suas atribuições, tiver conhecimento da prática de infração penal; indicar seu nome e sua condição de Defensor Público, bem como sua matrícula na instituição, em todos os documentos assinados por ele no exercício de suas atribuições; manter arquivo com cópias de manifestações processuais no órgão de atuação da Defensoria Pública e de outros atos praticados no exercício do cargo; obedecer aos atos normativos regularmente expedidos.

QUESTÃO 41

Com relação à organização do Estado e dos Poderes, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Admitida a acusação contra o presidente da República, por 3/5 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

B) Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

C) Compete privativamente ao presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

D) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

E) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

QUESTÃO 42

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

B) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado adotar postura incompatível com a dignidade do cargo.

C) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

D) É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau.

E) Além das proibições gerais decorrentes do exercício do cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer atividade político-partidária enquanto atuar na Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa correta.

A) A criação, a modificação e a extinção de Defensorias Públicas Especializadas, bem como sua estrutura e suas atribuições, serão fixadas pelo Defensor Público-Geral, mediante proposta do Conselho Superior da Defensoria Pública, observadas a permanência e a prioridade de sua atuação.

B) A implantação das Defensorias Públicas Especializadas independerá da estrutura e dos serviços auxiliares necessários a seu funcionamento, desde que haja previsão para sua implementação estrutural no prazo de 6 (seis) meses da respectiva instalação.

C) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação temporário e de âmbito local ou regional, podendo ser permanente desde que prevista em Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública ou em lei.

D) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação permanente e de âmbito local ou regional, coordenados por um Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral dentre os seus integrantes, e têm como competência a proteção, a preservação e a reparação dos direitos fundamentais, nestes compreendidos os direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

E) Sem prejuízo de outras áreas de atuação previstas por Resolução do Defensor Público-Geral, as Defensorias Públicas Especializadas atuarão nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, na proteção, preservação e reparação dos direitos de grupos sociais vulneráveis e das pessoas vítimas de qualquer forma de opressão ou violência e nos conflitos fundiários urbanos e agrários.

QUESTÃO 44

Com base no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, assinale a alternativa que não constitui objetivo prioritário do Estado.

A) Promover as condições necessárias para a fixação do homem no campo.

B) Promover os valores sociais do trabalho garantindo a efetividade da livre iniciativa e livre concorrência.

C) Preservar os valores éticos.

D) Assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos.

E) Promover a regionalização da ação administrativa, em busca do equilíbrio no desenvolvimento das coletividades.

QUESTÃO 45

Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa.

B) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

C) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira; e aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular, sendo certo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

E) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de: trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz e dezoito anos para Vereador.

QUESTÃO 46

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São também objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

B) São também objetivos da Defensoria Pública a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

C) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

D) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao Poder Executivo.

E) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

QUESTÃO 47

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

B) São funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

C) A Advocacia-Geral da União é a instituição permanente que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

D) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

E) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 48

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas e com privacidade, e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.

B) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem designação, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

C) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, com assinatura devidamente identificada.

D) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, deixar de patrocinar ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público Geral, com as razões de seu procedimento.

E) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, não ser preso senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediatamente comunicação oral ao Corregedor-Geral da instituição.

QUESTÃO 49

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

B) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de atuação estratégica previamente estabelecido pelo Governo Federal e aprovado pelo Senado Federal, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

C) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 50

No que se refere à ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A petição inicial inepta não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

II. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

III. Caso entenda ser necessário, o relator poderá solicitar informações aos Tribunais Superiores, federais e estaduais, acerca da aplicação da norma questionada no âmbito de sua jurisdição, que deverão ser cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias, contado da solicitação do relator.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I, II e III.

D) I e II, apenas.

E) I e III, apenas.

QUESTÃO 51

Sobre a competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar seu regimento interno.

C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Senado Federal dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.

E) Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

QUESTÃO 52

À luz do disposto na Lei Complementar nº 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a organização nos Estados, sobre a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, assinale a alternativa incorreta.

A) O Corregedor-Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de três quintos do Conselho Superior, antes do término do mandato.

B) A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.

C) A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

D) A lei estadual poderá criar um ou mais cargos de Subcorregedor, fixando as atribuições e especificando a forma de designação.

E) Compete à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

QUESTÃO 53

No que diz respeito ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 65/2003, sobre a organização da Defensoria Pública do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. A eleição dos membros do Conselho Superior, para mandato de dois anos, será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de novembro, devendo ser convocada com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.

II. A ausência injustificada de membro do Conselho Superior a três reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas, implicará a perda automática do mandato.

III. Ocorrendo a vacância do cargo de Defensor Público-Geral, assumirá interinamente o Subdefensor Público-Geral, e será realizada nova eleição, em trinta dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas

D) II, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 54

Com respeito à estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete à Ouvidoria-Geral receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.

B) Compete à Ouvidoria-Geral propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

C) Compete à Ouvidoria-Geral elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.

D) Compete à Ouvidoria-Geral estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados.

E) Compete à Ouvidoria-Geral participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

QUESTÃO 55

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal.

B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

D) Considera-se relevante a matéria, para fins de processamento do recurso especial, as ações penais, as ações de improbidade administrativa, ações cujo valor da causa ultrapasse 60 (sessenta) salários-mínimos, ações que possam gerar inelegibilidade, hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e outras previstas em lei.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

QUESTÃO 56

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, disciplinados no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) O Estado deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

B) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

D) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, exceto para aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

QUESTÃO 57

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, em recurso ordinário o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão como também o crime político.

B) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

C) Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber as reclamações e delas conhecer contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

QUESTÃO 58

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O processo administrativo-disciplinar será instaurado por ato do Corregedor-Geral e do Defensor Público-Geral, quando recomendado pelo Conselho Superior.

B) Caso a infração seja punível com pena de demissão, caberá ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a matéria.

C) O processo administrativo-disciplinar é confidencial e as sanções disciplinares farão referência exclusivamente ao número do processo e ao fato que lhe deu origem.

D) O membro da Defensoria Pública será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados, para defesa em 15 (quinze) dias contados do efetivo recebimento da notificação.

E) A notificação do membro da Defensoria Pública será feita mediante edital publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, com prazo de 5 (cinco) dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se furtar à realização do ato.

QUESTÃO 59

A intervenção federal da União nos Estados e no Distrito Federal será possível nos seguintes casos, exceto:

A) Para assegurar o sistema representativo e o regime democrático.
B) Para assegurar os direitos da pessoa humana.
C) Para assegurar a autonomia municipal.
D) Para assegurar a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
E) Para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos municipais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 60

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a afirmativa incorreta.

A) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a qualidade e a eficiência do atendimento.
B) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.
C) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
D) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
E) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a informação antecipada de no mínimo 48 horas sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.

QUESTÃO 61

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as seguintes matérias, exceto:

A) Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
B) Concessão de anistia, graça e indulto.
C) Criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.
D) Moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
E) Telecomunicações e radiodifusão.

QUESTÃO 62

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 80/1994 no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
B) Cabe à lei dispor sobre os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, que serão organizados em quadro próprio, composto de cargos que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da instituição.
C) Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de 2 (dois) anos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período e podendo ser dispensados do estágio antes de decorrido o prazo de sua duração por meio de próprio pedido ou pela prática de ato que justifique seu desligamento.
D) A Defensoria Pública poderá firmar convênios com associações de classe ou entidades congêneres e assemelhadas, objetivando a manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus membros e servidores.
E) A Defensoria Pública, nos termos da lei, poderá manter estágio profissional para acadêmico de Direito que esteja matriculado nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido.

QUESTÃO 63

Com relação à ordem social e aos povos originários, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

D) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *"ad referendum"* da Câmara dos Deputados, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

E) Os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

QUESTÃO 64

Com relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido o direito de herança, e a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *"de cujus"*.

B) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada e não haverá juízo ou tribunal de exceção.

C) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos; a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; e quanto à prática do racismo, constitui crime inafiançável, insuscetível de anistia, graça ou indulto e é imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

D) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa; suspensão ou interdição de direitos.

E) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX, da Constituição Federal; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; cruéis; e às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

QUESTÃO 65

Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedada a exigência de qualificações profissionais.

C) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

E) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 66

De acordo com a lei que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais, satisfeitos os demais requisitos legais, os atos que apresentarem defeito sanável

A) poderão ser convalidados pela Administração.
B) poderão ser convalidados pelo Poder Judiciário.
C) poderão ser revogados pela Administração.
D) prescindem de convalidação pela Administração.
E) serão convalidados pela Administração.

QUESTÃO 67

Em relação à interpretação prevalecente no Supremo Tribunal Federal, referente à responsabilidade pelos danos causados a terceiros pelos agentes do Estado, atuando nessa qualidade, é correto afirmar que a ação judicial por danos causados por esses agentes

A) deve ser ajuizada contra o Estado e o respectivo agente e, caso comprovado dolo ou culpa deste, ficará assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.
B) deve ser ajuizada contra o Estado, sendo parte ilegítima para a ação o agente autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
C) pode ser ajuizada contra o Estado apenas, cabendo, porém, a este a denunciação da lide àquele agente que entenda ter atuado dolosa ou culposamente e, assim, esteja obrigado a indenizar, em ação regressiva, o valor da indenização a ser paga pelo Estado, se vencido no processo.
D) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, cabendo, porém, a qualquer desses a denunciação da lide ao ente estatal ou ao agente responsável que não tenha sido indicado pelo autor no polo passivo.
E) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, sendo que, no segundo caso, o autor da ação terá o ônus de comprovar o dolo ou a culpa do agente.

QUESTÃO 68

Analise a proposição I e a razão II a seguir, ambas relativas à requisição de bens e serviços, e a correlação entre elas.

I. Conforme José dos Santos Carvalho Filho, a requisição somente pode recair sobre bens e serviços privados, sendo inconstitucional a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro,

PORQUE

II. se trata de bens e serviços públicos e inexiste hierarquia entre os entes federativos.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 69

Na hipótese de as atribuições administrativas serem outorgadas por lei aos vários órgãos que compõem a hierarquia, criando-se uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, trata-se de um fenômeno que caracteriza a

A) concertação administrativa.
B) delegação administrativa.
C) descentralização administrativa.
D) descentralização política.
E) desconcentração administrativa.

QUESTÃO 70

João da Silva, servidor público, depois de três meses sem receber uma parcela de seus vencimentos, impetrou mandado de segurança com o objetivo de receber os valores relativos a essa parcela. Dois meses depois de ajuizar a petição inicial, obteve liminar que restabeleceu o pagamento da referida parcela. A liminar foi cassada dois meses depois da sua concessão. Um ano depois de ajuizar a petição inicial, foi proferida sentença reconhecendo o direito de João da Silva ao recebimento da parcela e declarando a nulidade do ato administrativo que determinara, ilegalmente, a exclusão dessa parcela de seus vencimentos.

Nesse caso, o pagamento dos valores assegurados na sentença concessiva do mandado de segurança será efetuado

A) em relação às prestações vencidas a contar da data da expedição do ato administrativo que ilegalmente determinou a exclusão da parcela dos vencimentos de João da Silva.
B) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da concessão da liminar.
C) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da publicação da sentença.
D) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do ajuizamento da inicial.
E) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 71

Analise as afirmativas a seguir, relativas à margem de preferência em licitações.

I. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal.
II. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
III. As microempresas e empresas de pequeno porte gozam de margem de preferência em itens de contratação cujo valor seja de até oitenta mil reais.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 72

Analise as afirmativas a seguir, relativas à interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à nova configuração normativa da improbidade administrativa, conferida pela Lei nº 14.230/2021.

I. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada e nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
II. As novas normas se aplicam aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.
III. O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 73

Analise as afirmativas a seguir, relativas à formalização dos contratos administrativos.

I. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á às penalidades legais e à perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.
II. Se o licitante vencedor, regularmente convocado, não assinar o termo de contrato nos respectivos prazo e condições, faculta-se à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
III. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração poderá convocar esses licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 74

Em relação ao dever de publicidade da Administração Pública e ao direito de acesso a informações sob guarda do poder público, é incorreto afirmar:

A) O pedido de acesso a informações deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.
B) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
C) Os órgãos ou entidades do poder público podem oferecer meios para que o próprio requerente pesquise a informação que necessitar.
D) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo.
E) Quando não for autorizado o acesso a informações sigilosas, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição.

QUESTÃO 75

O procedimento que visa a selecionar previamente bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração denomina-se

A) catálogo de padronização.
B) credenciamento.
C) pré-qualificação.
D) registro cadastral.
E) registro de preços.

QUESTÃO 76

Considere que uma lei atribuiu o exercício de poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público, que presta apenas serviço público de atuação própria do Estado, em determinada região, onde atuam também concessionários do mesmo serviço público e que, assim, concorrem com a referida sociedade de economia mista.

Nessa situação, em consonância com a mais recente jurisprudência do STF, é correto afirmar que

A) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica da administração indireta.
B) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.
C) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de natureza empresarial.
D) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica que atua em regime concorrencial.
E) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é válida.

QUESTÃO 77

A respeito da política tarifária nas concessões de serviços públicos, conforme as normas gerais sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é incorreto afirmar:

A) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, ressalvados os impostos sobre a renda.
B) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação.
C) Desde que haja específica previsão em lei, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
D) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
E) Somente nos casos expressamente previstos em lei, a cobrança de tarifa poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

QUESTÃO 78

Suponha que uma entidade da Administração Pública, com base nas normas gerais de parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, pretende estabelecer uma parceria com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que não envolverá transferência de recursos financeiros.

Nesse caso, o instrumento por meio do qual será formalizada a parceria denomina-se

A) acordo de cooperação.
B) convênio.
C) termo de colaboração.
D) termo de fomento.
E) termo de parceria.

QUESTÃO 79

A doutrina do Direito Administrativo indica hipóteses em que é racionalmente impossível a convalidação de vícios do ato administrativo, pois, se o mesmo conteúdo fosse novamente produzido, seria reproduzida a invalidade anterior.

Segundo esse posicionamento, a convalidação é racionalmente impossível se o ato administrativo apresentar vícios relativos

A) à competência, à finalidade e ao motivo.
B) à competência e ao objeto, apenas.
C) ao objeto, à finalidade, ao motivo e à causa.
D) ao objeto e à finalidade, apenas.
E) ao objeto e ao motivo, apenas.

QUESTÃO 80

Analise a proposição I e a razão II a seguir e a correlação entre elas.

I. Em relação ao uso de bem público por particular, conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a precariedade que está presente em todas as modalidades de uso privativo se caracteriza pela revogabilidade da outorga a qualquer tempo, por iniciativa da Administração,

PORQUE

II. mesmo que a outorga seja feita por contrato, com prazo determinado, é possível a sua revogação por motivo de interesse público.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.

E) A proposição e a razão são falsas.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / JURÍDICO

Leia estes textos.

TEXTO I

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

[...]

SEÇÃO III

DA ADVOCACIA

[...]

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

SEÇÃO IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA

[...]

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

São princípios institucionais da Defensoria Pública [...]: a UNIDADE, a INDIVISIBILIDADE e a INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.

É certo que a Defensoria Pública tem um papel diferenciado entre as instituições do mundo jurídico, pois é a instituição que tem por objetivo a concretização do acesso à Justiça a todos indistintamente, sendo, portanto, vital ao processo de efetivação de direitos.

[...]

Via de regra, são considerados necessitados, para fins de atendimento pela Defensoria Pública, aqueles cuja condição econômica não permita pagar as custas do processo ou contratar advogado sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Há casos, entretanto, em que a assistência prestada pela Defensoria Pública independe da insuficiência econômica, como nas hipóteses de curadoria especial ou crianças desamparadas em situação de risco. O caso concreto sempre será analisado para definir se é possível, ou não, o patrocínio pela Defensoria Pública, observando as normas legais e os atos administrativos pertinentes.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Disponível em: https://defensoria.mg.def.br/dpmg/perfil/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, explicando **a importância do papel do analista jurídico no cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública**.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA B

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / JURÍDICO

PROVA C

Código: 304

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 20 questões de Língua Portuguesa, 15 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

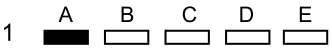
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"A amizade é um amor que nunca morre."
Mario Quintana

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) "Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem." (primitivo)

B) "A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...]." (verificar)

C) "Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...]." (discursos)

D) "Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...]." (descoberta)

E) "Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que 'a atitude linguística assumida pelo falante [...]'." (mantém)

QUESTÃO 2

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em "A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]", o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em "Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.", a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em "[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.", a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em "Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que 'um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua'.", a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em "Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.", o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 3

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo “conforme” é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.
B) A expressão “é que”, em “é na língua que”, é classificada como locução denotativa que exprime realce.
C) O termo “que”, em “do que somos”, se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.
D) O termo “como” é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.
E) “Não obstante” é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 4

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.
B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.
C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.
D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.
E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

QUESTÃO 5

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.
B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.
C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.
D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.
E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 6

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.
II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.
III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.
IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.
B) I, III e IV, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar "para trás".

[...]

"A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas", disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

"Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro", disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. "Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial", afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.
B) restrição, conformidade, confirmação.
C) adição, finalidade, consequência.
D) oposição, condicionalidade, conclusão.
E) complementação, comparação, explicação.

QUESTÃO 8

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em "Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso", o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.", o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em "A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]", o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em "Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.", a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em "Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.", o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) "IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar 'para trás'**."
B) "[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**."
C) "Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]."
D) "[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**."
E) "[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...]."

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) “[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência.” (introduzir uma oração subordinada adjetiva)

B) “[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA.” (introduzir uma oração subordinada adverbial)

C) “Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...].” (introduzir uma oração coordenada sindética)

D) “[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras.” (introduzir uma oração subordinada substantiva)

E) “E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...].” (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 11

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.

B) “a grande ferramenta da atualidade” é um predicativo do sujeito.

C) “quem não se preparar” é um sujeito oracional.

D) “especialista” é o objeto direto do verbo de elocução “diz”.

E) “vai ficar para trás” é uma oração principal em relação à oração anterior.

QUESTÃO 12

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.

II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.

III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.

IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho “o Inhotim é uma entidade privada”.

II. A retomada de Inhotim por meio da expressão “um dos maiores museus a céu aberto do mundo” é um exemplo de emprego de descrição indefinida.

III. O uso do pronome possessivo “sua”, em “Sua localização privilegiada”, é um exemplo de nexo por associação.

IV. O emprego da descrição definida “os visitantes” promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) "O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG)."

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) "[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...]."

[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) "Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...]."

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) "Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...]."

Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) "[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes."

[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 15

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).

B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.

C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.

D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.

E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

INSTRUÇÃO: Leia o texto IV para responder às questões de **16** a **20**.

TEXTO IV

Em tempos de fome, o desperdício ainda é um vilão

João Ribeiro da Silva trabalha vendendo hortaliças e legumes na feira de Jaguariúna, interior de São Paulo. Uma das coisas que mais incomoda o feirante é o grande desperdício de alimentos. "A cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo. Com tomate, chego a perder três. Basta a verdura estar um pouquinho menos bonita, que não adianta. Ninguém leva. Levamos muitos alimentos para a doação, mas a maior parte acaba mesmo estragando", relata o feirante.

A realidade descrita por João Ribeiro da Silva é um grave problema que contrasta com a estatística da fome. A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, estima que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçada. Em 2017, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos em condições para o consumo foi para o lixo, o que corresponde a U$ 750 bilhões. Um prejuízo superior ao Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, nossos vizinhos do Mercosul, que juntos produziram pouco mais de U$ 625 bilhões, segundo o Banco Mundial.

Se os números da economia do estrago de alimentos são alarmantes, medidas relativamente simples podem ajudar a amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala. "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes", declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Para o especialista, um plano de conscientização e educação também é essencial para combater o problema do desperdício. "Junta-se a estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio. Os programas de merenda escolar poderiam ter um papel, sendo utilizados como instrumento para prover às novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos."

Disponível em: https://www.comciencia.br/o-enigma-da-fome-vamos-conseguir-supera-lo/. Acesso em: 29 jun. 2023.

QUESTÃO 16

Leia este trecho do texto IV.

“O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de ‘resgate de alimentos’ em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes”, declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Em relação à análise das orações que compõem o período nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O primeiro período desse trecho consiste numa única oração, construída com um sujeito e um predicado, com que se faz uma afirmação.

B) Na primeira oração do segundo período, manifesta-se uma comparação correlativa que estabelece uma igualdade entre duas realidades, marcada por “tanto... como”.

C) A segunda oração do segundo período expressa a causa da implementação das ações pelo governo ou por organizações não governamentais, por meio do uso de “como”.

D) Na terceira oração do segundo período, a expressão “em que” pode ser substituída pelo pronome relativo “onde”.

E) A última oração do segundo período é iniciada por um verbo de elocução, que tem por função indicar o interlocutor, cujas palavras são reproduzidas em discurso direto marcado pelo uso de aspas.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso ou para a falta do sinal indicativo de crase está incorreta.

A) “’**A** cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo.’” (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição “a”.)

B) “[...] medidas relativamente simples podem ajudar **a** amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala.” (Não há crase diante de forma verbal precedida da preposição “a”.)

C) “O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate **à** desnutrição.” (Há crase diante de substantivo feminino precedido de artigo feminino e da preposição “a”.)

D) “Junta-se **a** estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio.” (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição “a”.)

E) “[...] sendo utilizados como instrumento para prover **às** novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos.” (Há crase diante de termo feminino precedido de artigo feminino e da preposição “a”.)

QUESTÃO 18

Em relação ao texto IV, é correto afirmar:

I. João Ribeiro da Silva é um feirante aborrecido com o grande desperdício de alimentos, que se estragam quando não são vendidos no mercado público de Jaguariúna, interior de São Paulo.

II. O desperdício de alimentos causa um prejuízo maior do que o Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, que juntos produziram mais de 750 bilhões de dólares.

III. O recolhimento de alimentos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e sua distribuição a comunidades carentes é uma das experiências de ‘resgate de alimentos’ em andamento em várias partes do mundo.

IV. Tanto o governo quanto as organizações não governamentais podem implementar ações para o combate à perda de alimentos, segundo o especialista Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa em que o termo em destaque denota o que está apresentado entre parênteses, considerando seu uso no texto IV.

A) “Uma das coisas que **mais** incomoda [...].” (inclusão)

B) “[...] **mas** a maior parte acaba mesmo estragando.” (adição)

C) “[...] medidas **relativamente** simples podem ajudar [...].” (referência)

D) “O combate às perdas de alimentos **deve** ser [...].” (persistência)

E) “[...] a educação do consumidor **para** reduzir as perdas [...].” (finalidade)

QUESTÃO 20

Considerando sua tipologia, o texto IV é argumentativo em sua forma predominante de organização porque se caracteriza

A) pelos enunciados descritivos, no presente atemporal, que descrevem certos episódios relacionados ao desperdício de alimentos.
B) pelo esclarecimento sobre um fato no passado relativo ao problema do desperdício de alimentos, com o propósito de fazer saber o que acontece atualmente.
C) pela presença de sequências fáticas que têm por função abrir e fechar a interlocução direta do locutor / autor com o feirante e o especialista.
D) pela refutação do desperdício de alimentos, que contrasta com o problema da fome, e pela apresentação de argumentos favoráveis ao que se deseja defender.
E) pelas prescrições de ações a serem realizadas pelo destinatário do texto, visando à educação para o combate ao desperdício de alimentos.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 21

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 22

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.
III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 23

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 24

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.
B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.
C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.
D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.
E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 25

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.
C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.
D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.
E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 26

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 27

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 28

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.

C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.

D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.

E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 29

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.

B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.

C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.

D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.

E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 30

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.

B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.

C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.

D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.

E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 31

O Estado de Minas Gerais garante regime previdenciário próprio a servidores públicos estaduais.

Segundo o que dispõe a Constituição do Estado sobre a matéria, é correto afirmar:

A) Aplica-se o regime próprio aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos ou de confiança do Estado, incluídas suas autarquias e fundações.

B) O regime próprio tem caráter contributivo, abrangendo contribuição do Estado, dos servidores ativos e também dos aposentados e pensionistas.

C) Visando à sua eficiência e à impessoalidade, o regime será gerido por instituição de natureza privada contratada mediante licitação.

D) Os servidores abrangidos pelo regime próprio serão aposentados compulsoriamente aos setenta anos, com proventos integrais, na forma de lei complementar.

E) No regime especial de previdência, não há distinção do critério de idade entre homem e mulher para fins de obtenção da aposentadoria voluntária.

QUESTÃO 32

As atribuições básicas das carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais são fixadas pela Lei nº 22.790/2017 e detalhadas em ato do Conselho Superior da referida Defensoria.

Considere as atribuições enumeradas a seguir.

I. Realizar atividades que envolvam o suporte técnico e administrativo, documentação, informação jurídica, gestão de material e patrimônio, levantamento de dados, elaboração de relatórios, expedição e arquivamento de documentos e correspondências, atendimento ao público externo e interno.

II. Desempenhar funções auxiliares necessárias ao cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública e à gestão administrativa, financeira, orçamentária e de pessoal, como o exercício de atividades nas áreas, dentre outras, de assistência social, contabilidade, planejamento, recursos humanos, licitações e informática, desde que compatíveis com o seu grau de escolaridade.

III. Assessorar, por meio do vínculo de fidúcia estabelecido com a autoridade nomeante e em conexão direta com sua independência funcional, na confecção ou na revisão de laudos e documentos pré-processuais ou processuais iniciais, interlocutórias, finais e recursais, antes da juntada nos autos dos expedientes administrativos e dos processos judiciais.

Segundo o que dispõe a referida lei, é correto afirmar que as atribuições

A) do item I são da carreira de Analista.
B) dos itens I e III são da carreira de Técnico.
C) do item II são da carreira de Analista.
D) do item II e III são da carreira de Técnico.
E) dos itens I, II e III são da carreira de Técnico.

QUESTÃO 33

Murilo foi provido em cargo público da Administração Pública Direta do Estado de Minas Gerais mediante reversão.

Segundo o que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar:

A) O provimento se deu em virtude de decisão judicial transitada em julgado.
B) A reversão se deu necessariamente a pedido de Murilo.
C) Murilo já havia sido aposentado no serviço público estadual.
D) Por ser determinada judicialmente, a reversão independe de inspeção médica.
E) A reversão tem como causa as limitações sofridas por Murilo em sua capacidade física ou mental, que o impedem de exercer as atribuições de seu cargo original.

QUESTÃO 34

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se à esfera privada e também à Administração Pública.

Quanto àquela disciplina sobre o tratamento de dados pessoais pelo poder público, é incorreto afirmar:

A) Aplica-se a LGPD à Administração Pública direta e indireta dos entes componentes da Federação.
B) Aos registros notariais de registro exercidos em caráter privado por delegação do poder público, aplica-se o mesmo tratamento legal dispensado às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, nos termos da lei.
C) Às empresas públicas e às sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, nos termos da Constituição da República, é dispensado o mesmo tratamento legal aplicável às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública.
D) Mesmo na hipótese de dados acessíveis publicamente, é vedado ao poder público, no tratamento de dados, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de base de dados a que tenha acesso.
E) O titular dos dados pessoais tem direito de obter do controlador, em relação aos dados por ele tratados, entre outras medidas, a confirmação da existência do tratamento e o acesso aos dados.

QUESTÃO 35

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, não resulta na vacância do cargo público a

A) licença.
B) exoneração.
C) transferência.
D) aposentadoria.
E) promoção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / JURÍDICO

QUESTÃO 36

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

B) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de atuação estratégica previamente estabelecido pelo Governo Federal e aprovado pelo Senado Federal, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

C) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 37

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver reincidência em falta punida com advertência ou suspensão por mais de 6 (seis) meses.

B) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio estatal ou de bens e valores confiados à sua guarda.

C) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver incontinência pública escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade ou o decoro inerentes ao cargo e à instituição.

D) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo.

E) A pena de cassação da aposentadoria será aplicada nos casos de falta punível com demissão, praticada no exercício do cargo.

QUESTÃO 38

No que diz respeito ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 65/2003, sobre a organização da Defensoria Pública do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. A eleição dos membros do Conselho Superior, para mandato de dois anos, será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de novembro, devendo ser convocada com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.

II. A ausência injustificada de membro do Conselho Superior a três reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas, implicará a perda automática do mandato.

III. Ocorrendo a vacância do cargo de Defensor Público-Geral, assumirá interinamente o Subdefensor Público-Geral, e será realizada nova eleição, em trinta dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas

D) II, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 39

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, em recurso ordinário o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão como também o crime político.

B) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

C) Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber as reclamações e delas conhecer contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

QUESTÃO 40

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as seguintes matérias, exceto:

A) Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.

B) Concessão de anistia, graça e indulto.

C) Criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.

D) Moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

E) Telecomunicações e radiodifusão.

QUESTÃO 41

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a afirmativa incorreta.

A) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a qualidade e a eficiência do atendimento.

B) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

C) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

D) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.

E) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a informação antecipada de no mínimo 48 horas sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.

QUESTÃO 42

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, disciplinados no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) O Estado deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

B) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

D) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, exceto para aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

QUESTÃO 43

Com relação à ordem social e aos povos originários, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

D) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *"ad referendum"* da Câmara dos Deputados, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

E) Os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

QUESTÃO 44

No tocante à organização do Estado, prevista na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir.

I. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas à competência privativa da União.

II. O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período.

III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Está(ão) incorreta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas

D) III, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 45

Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa.

B) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

C) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira; e aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular, sendo certo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

E) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de: trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz e dezoito anos para Vereador.

QUESTÃO 46

No que se refere à ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A petição inicial inepta não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

II. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

III. Caso entenda ser necessário, o relator poderá solicitar informações aos Tribunais Superiores, federais e estaduais, acerca da aplicação da norma questionada no âmbito de sua jurisdição, que deverão ser cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias, contado da solicitação do relator.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I, II e III.
D) I e II, apenas.
E) I e III, apenas.

QUESTÃO 47

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.
B) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado adotar postura incompatível com a dignidade do cargo.
C) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.
D) É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau.
E) Além das proibições gerais decorrentes do exercício do cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer atividade político-partidária enquanto atuar na Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 48

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 80/1994 no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
B) Cabe à lei dispor sobre os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, que serão organizados em quadro próprio, composto de cargos que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da instituição.
C) Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de 2 (dois) anos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período e podendo ser dispensados do estágio antes de decorrido o prazo de sua duração por meio de próprio pedido ou pela prática de ato que justifique seu desligamento.
D) A Defensoria Pública poderá firmar convênios com associações de classe ou entidades congêneres e assemelhadas, objetivando a manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus membros e servidores.
E) A Defensoria Pública, nos termos da lei, poderá manter estágio profissional para acadêmico de Direito que esteja matriculado nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido.

QUESTÃO 49

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas e com privacidade, e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.

B) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem designação, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

C) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, com assinatura devidamente identificada.

D) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, deixar de patrocinar ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu procedimento.

E) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, não ser preso senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediatamente comunicação oral ao Corregedor-Geral da instituição.

QUESTÃO 50

Com base no texto constitucional, assinale a alternativa que apresenta as matérias de competência privativa da União para legislar.

A) Legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, financeiro, espacial e do trabalho.

B) Legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

C) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

D) Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

E) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e ciência.

QUESTÃO 51

À luz do disposto na Lei Complementar nº 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a organização nos Estados, sobre a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, assinale a alternativa incorreta.

A) O Corregedor-Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de três quintos do Conselho Superior, antes do término do mandato.

B) A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.

C) A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

D) A lei estadual poderá criar um ou mais cargos de Subcorregedor, fixando as atribuições e especificando a forma de designação.

E) Compete à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

QUESTÃO 52

Com base no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, assinale a alternativa que não constitui objetivo prioritário do Estado.

A) Promover as condições necessárias para a fixação do homem no campo.

B) Promover os valores sociais do trabalho garantindo a efetividade da livre iniciativa e livre concorrência.

C) Preservar os valores éticos.

D) Assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos.

E) Promover a regionalização da ação administrativa, em busca do equilíbrio no desenvolvimento das coletividades.

QUESTÃO 53

Com relação à organização do Estado e dos Poderes, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Admitida a acusação contra o presidente da República, por 3/5 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

B) Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

C) Compete privativamente ao presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

D) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

E) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

QUESTÃO 54

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal.

B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

D) Considera-se relevante a matéria, para fins de processamento do recurso especial, as ações penais, as ações de improbidade administrativa, ações cujo valor da causa ultrapasse 60 (sessenta) salários-mínimos, ações que possam gerar inelegibilidade, hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e outras previstas em lei.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

QUESTÃO 55

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa correta.

A) A criação, a modificação e a extinção de Defensorias Públicas Especializadas, bem como sua estrutura e suas atribuições, serão fixadas pelo Defensor Público-Geral, mediante proposta do Conselho Superior da Defensoria Pública, observadas a permanência e a prioridade de sua atuação.

B) A implantação das Defensorias Públicas Especializadas independerá da estrutura e dos serviços auxiliares necessários a seu funcionamento, desde que haja previsão para sua implementação estrutural no prazo de 6 (seis) meses da respectiva instalação.

C) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação temporário e de âmbito local ou regional, podendo ser permanente desde que prevista em Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública ou em lei.

D) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação permanente e de âmbito local ou regional, coordenados por um Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral dentre os seus integrantes, e têm como competência a proteção, a preservação e a reparação dos direitos fundamentais, nestes compreendidos os direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

E) Sem prejuízo de outras áreas de atuação previstas por Resolução do Defensor Público-Geral, as Defensorias Públicas Especializadas atuarão nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, na proteção, preservação e reparação dos direitos de grupos sociais vulneráveis e das pessoas vítimas de qualquer forma de opressão ou violência e nos conflitos fundiários urbanos e agrários.

QUESTÃO 56

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O processo administrativo-disciplinar será instaurado por ato do Corregedor-Geral e do Defensor Público-Geral, quando recomendado pelo Conselho Superior.

B) Caso a infração seja punível com pena de demissão, caberá ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a matéria.

C) O processo administrativo-disciplinar é confidencial e as sanções disciplinares farão referência exclusivamente ao número do processo e ao fato que lhe deu origem.

D) O membro da Defensoria Pública será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados, para defesa em 15 (quinze) dias contados do efetivo recebimento da notificação.

E) A notificação do membro da Defensoria Pública será feita mediante edital publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, com prazo de 5 (cinco) dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se furtar à realização do ato.

QUESTÃO 57

Sobre a competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar seu regimento interno.

C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Senado Federal dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.

E) Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

QUESTÃO 58

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

B) São funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

C) A Advocacia-Geral da União é a instituição permanente que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

D) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

E) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 59

A intervenção federal da União nos Estados e no Distrito Federal será possível nos seguintes casos, exceto:

A) Para assegurar o sistema representativo e o regime democrático.

B) Para assegurar os direitos da pessoa humana.

C) Para assegurar a autonomia municipal.

D) Para assegurar a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

E) Para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos municipais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 60

Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedada a exigência de qualificações profissionais.

C) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

E) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 61

À luz da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, no que se refere ao Conselho Superior da Defensoria Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública representar ao Corregedor-Geral sobre a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro da Defensoria Pública.

II. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública sugerir ao Defensor Público-Geral a edição de recomendação, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução, para o desempenho de suas funções.

III. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a remoção voluntária dos integrantes da carreira de Defensor Público.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) III, apenas.

D) I, II e III.

E) II e III, apenas.

QUESTÃO 62

Com relação aos deveres e proibições do membro da Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O membro da Defensoria Pública tem o dever de comparecer diariamente, durante o horário regular do expediente, à sede do órgão em que atue, exercendo os atos do seu ofício; ter irrepreensível conduta, pugnando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções; desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral e desempenhar com eficiência e produtividade as atribuições inerentes ao cargo.

B) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência em razão de seu cargo; prestar as informações solicitadas pelos órgãos da administração superior da Defensoria Pública; atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença; respeitar as partes e tratá-las com urbanidade.

C) O membro da Defensoria Pública tem o dever de se declarar suspeito ou impedido, nos termos da lei; manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, especialmente nos que tramitam em segredo de justiça; velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda; sugerir ao Defensor Público-Geral providências para a melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação; interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos.

D) O membro da Defensoria Pública tem o dever de apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas, da tramitação dos processos e das tarefas que lhe forem atribuídas, com sugestões para o aprimoramento dos serviços; exercer, mediante designação do Conselho Superior, a coordenadoria de órgão de atuação da Defensoria Pública e outros cargos de confiança da instituição; integrar comissão de processo administrativo-disciplinar; permanecer no fórum ou nos locais destinados aos órgãos de atuação, em horário necessário ou conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições.

E) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar à autoridade competente quando, no exercício de suas atribuições, tiver conhecimento da prática de infração penal; indicar seu nome e sua condição de Defensor Público, bem como sua matrícula na instituição, em todos os documentos assinados por ele no exercício de suas atribuições; manter arquivo com cópias de manifestações processuais no órgão de atuação da Defensoria Pública e de outros atos praticados no exercício do cargo; obedecer aos atos normativos regularmente expedidos.

QUESTÃO 63

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São também objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

B) São também objetivos da Defensoria Pública a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

C) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

D) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao Poder Executivo.

E) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

QUESTÃO 64

Com respeito à estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete à Ouvidoria-Geral receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.

B) Compete à Ouvidoria-Geral propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

C) Compete à Ouvidoria-Geral elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.

D) Compete à Ouvidoria-Geral estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados.

E) Compete à Ouvidoria-Geral participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

QUESTÃO 65

Com relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido o direito de herança, e a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *"de cujus"*.

B) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada e não haverá juízo ou tribunal de exceção.

C) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos; a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; e quanto à prática do racismo, constitui crime inafiançável, insuscetível de anistia, graça ou indulto e é imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

D) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa; suspensão ou interdição de direitos.

E) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX, da Constituição Federal; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; cruéis; e às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

QUESTÃO 66

De acordo com a lei que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais, satisfeitos os demais requisitos legais, os atos que apresentarem defeito sanável

A) poderão ser convalidados pela Administração.

B) poderão ser convalidados pelo Poder Judiciário.

C) poderão ser revogados pela Administração.

D) prescindem de convalidação pela Administração.

E) serão convalidados pela Administração.

QUESTÃO 67

Analise a proposição I e a razão II a seguir e a correlação entre elas.

I. Em relação ao uso de bem público por particular, conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a precariedade que está presente em todas as modalidades de uso privativo se caracteriza pela revogabilidade da outorga a qualquer tempo, por iniciativa da Administração,

PORQUE

II. mesmo que a outorga seja feita por contrato, com prazo determinado, é possível a sua revogação por motivo de interesse público.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.

E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 68

Na hipótese de as atribuições administrativas serem outorgadas por lei aos vários órgãos que compõem a hierarquia, criando-se uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, trata-se de um fenômeno que caracteriza a

A) concertação administrativa.

B) delegação administrativa.

C) descentralização administrativa.

D) descentralização política.

E) desconcentração administrativa.

QUESTÃO 69

Analise a proposição I e a razão II a seguir, ambas relativas à requisição de bens e serviços, e a correlação entre elas.

I. Conforme José dos Santos Carvalho Filho, a requisição somente pode recair sobre bens e serviços privados, sendo inconstitucional a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro,

PORQUE

II. se trata de bens e serviços públicos e inexiste hierarquia entre os entes federativos.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.

E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 70

Considere que uma lei atribuiu o exercício de poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público, que presta apenas serviço público de atuação própria do Estado, em determinada região, onde atuam também concessionários do mesmo serviço público e que, assim, concorrem com a referida sociedade de economia mista.

Nessa situação, em consonância com a mais recente jurisprudência do STF, é correto afirmar que

A) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica da administração indireta.
B) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.
C) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de natureza empresarial.
D) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica que atua em regime concorrencial.
E) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é válida.

QUESTÃO 71

A doutrina do Direito Administrativo indica hipóteses em que é racionalmente impossível a convalidação de vícios do ato administrativo, pois, se o mesmo conteúdo fosse novamente produzido, seria reproduzida a invalidade anterior.

Segundo esse posicionamento, a convalidação é racionalmente impossível se o ato administrativo apresentar vícios relativos

A) à competência, à finalidade e ao motivo.
B) à competência e ao objeto, apenas.
C) ao objeto, à finalidade, ao motivo e à causa.
D) ao objeto e à finalidade, apenas.
E) ao objeto e ao motivo, apenas.

QUESTÃO 72

Analise as afirmativas a seguir, relativas à margem de preferência em licitações.

I. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal.
II. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
III. As microempresas e empresas de pequeno porte gozam de margem de preferência em itens de contratação cujo valor seja de até oitenta mil reais.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 73

Analise as afirmativas a seguir, relativas à formalização dos contratos administrativos.

I. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á às penalidades legais e à perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.
II. Se o licitante vencedor, regularmente convocado, não assinar o termo de contrato nos respectivos prazo e condições, faculta-se à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
III. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração poderá convocar esses licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 74

João da Silva, servidor público, depois de três meses sem receber uma parcela de seus vencimentos, impetrou mandado de segurança com o objetivo de receber os valores relativos a essa parcela. Dois meses depois de ajuizar a petição inicial, obteve liminar que restabeleceu o pagamento da referida parcela. A liminar foi cassada dois meses depois da sua concessão. Um ano depois de ajuizar a petição inicial, foi proferida sentença reconhecendo o direito de João da Silva ao recebimento da parcela e declarando a nulidade do ato administrativo que determinara, ilegalmente, a exclusão dessa parcela de seus vencimentos.

Nesse caso, o pagamento dos valores assegurados na sentença concessiva do mandado de segurança será efetuado

A) em relação às prestações vencidas a contar da data da expedição do ato administrativo que ilegalmente determinou a exclusão da parcela dos vencimentos de João da Silva.
B) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da concessão da liminar.
C) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da publicação da sentença.
D) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do ajuizamento da inicial.
E) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 75

A respeito da política tarifária nas concessões de serviços públicos, conforme as normas gerais sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é incorreto afirmar:

A) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, ressalvados os impostos sobre a renda.
B) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação.
C) Desde que haja específica previsão em lei, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
D) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
E) Somente nos casos expressamente previstos em lei, a cobrança de tarifa poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

QUESTÃO 76

Suponha que uma entidade da Administração Pública, com base nas normas gerais de parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, pretende estabelecer uma parceria com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que não envolverá transferência de recursos financeiros.

Nesse caso, o instrumento por meio do qual será formalizada a parceria denomina-se

A) acordo de cooperação.
B) convênio.
C) termo de colaboração.
D) termo de fomento.
E) termo de parceria.

QUESTÃO 77

O procedimento que visa a selecionar previamente bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração denomina-se

A) catálogo de padronização.
B) credenciamento.
C) pré-qualificação.
D) registro cadastral.
E) registro de preços.

QUESTÃO 78

Analise as afirmativas a seguir, relativas à interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à nova configuração normativa da improbidade administrativa, conferida pela Lei nº 14.230/2021.

I. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada e nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
II. As novas normas se aplicam aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.
III. O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 79

Em relação ao dever de publicidade da Administração Pública e ao direito de acesso a informações sob guarda do poder público, é incorreto afirmar:

A) O pedido de acesso a informações deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.

B) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

C) Os órgãos ou entidades do poder público podem oferecer meios para que o próprio requerente pesquise a informação que necessitar.

D) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo.

E) Quando não for autorizado o acesso a informações sigilosas, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição.

QUESTÃO 80

Em relação à interpretação prevalecente no Supremo Tribunal Federal, referente à responsabilidade pelos danos causados a terceiros pelos agentes do Estado, atuando nessa qualidade, é correto afirmar que a ação judicial por danos causados por esses agentes

A) deve ser ajuizada contra o Estado e o respectivo agente e, caso comprovado dolo ou culpa deste, ficará assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.

B) deve ser ajuizada contra o Estado, sendo parte ilegítima para a ação o agente autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

C) pode ser ajuizada contra o Estado apenas, cabendo, porém, a este a denunciação da lide àquele agente que entenda ter atuado dolosa ou culposamente e, assim, esteja obrigado a indenizar, em ação regressiva, o valor da indenização a ser paga pelo Estado, se vencido no processo.

D) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, cabendo, porém, a qualquer desses a denunciação da lide ao ente estatal ou ao agente responsável que não tenha sido indicado pelo autor no polo passivo.

E) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, sendo que, no segundo caso, o autor da ação terá o ônus de comprovar o dolo ou a culpa do agente.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / JURÍDICO

Leia estes textos.

TEXTO I

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

[...]

SEÇÃO III

DA ADVOCACIA

[...]

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

SEÇÃO IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA

[...]

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

São princípios institucionais da Defensoria Pública [...]: a UNIDADE, a INDIVISIBILIDADE e a INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.

É certo que a Defensoria Pública tem um papel diferenciado entre as instituições do mundo jurídico, pois é a instituição que tem por objetivo a concretização do acesso à Justiça a todos indistintamente, sendo, portanto, vital ao processo de efetivação de direitos.

[...]

Via de regra, são considerados necessitados, para fins de atendimento pela Defensoria Pública, aqueles cuja condição econômica não permita pagar as custas do processo ou contratar advogado sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Há casos, entretanto, em que a assistência prestada pela Defensoria Pública independe da insuficiência econômica, como nas hipóteses de curadoria especial ou crianças desamparadas em situação de risco. O caso concreto sempre será analisado para definir se é possível, ou não, o patrocínio pela Defensoria Pública, observando as normas legais e os atos administrativos pertinentes.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Disponível em: https://defensoria.mg.def.br/dpmg/perfil/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, explicando **a importância do papel do analista jurídico no cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública**.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA C

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / JURÍDICO

PROVA D

Código: 304

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 20 questões de Língua Portuguesa, 15 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

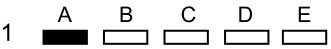
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"Não levante a espada sobre a cabeça de quem te pediu perdão."
Machado de Assis

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.

B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.

C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.

D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.

E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 2

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) "Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem." (primitivo)

B) "A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...]." (verificar)

C) "Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...]." (discursos)

D) "Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...]." (descoberta)

E) "Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que 'a atitude linguística assumida pelo falante [...]'." (mantém)

QUESTÃO 3

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em “A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]”, o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em “Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.”, a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em “[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.”, a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em “Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que ‘um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua’.”, a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em “Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.”, o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 4

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo “conforme” é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.

B) A expressão “é que”, em “é na língua que”, é classificada como locução denotativa que exprime realce.

C) O termo “que”, em “do que somos”, se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.

D) O termo “como” é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.

E) “Não obstante” é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 5

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.

II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.

III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.

IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 6

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.

B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.

C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.

D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.

E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar "para trás".

[...]

"A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas", disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

"Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro", disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. "Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial", afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) "IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar 'para trás'**."
B) "[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**."
C) "Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]."
D) "[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**."
E) "[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...]."

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) "[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência." (introduzir uma oração subordinada adjetiva)
B) "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA." (introduzir uma oração subordinada adverbial)
C) "Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]." (introduzir uma oração coordenada sindética)
D) "[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras." (introduzir uma oração subordinada substantiva)
E) "E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...]." (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 9

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.
II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.
III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.
IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.
B) “a grande ferramenta da atualidade” é um predicativo do sujeito.
C) “quem não se preparar” é um sujeito oracional.
D) “especialista” é o objeto direto do verbo de elocução “diz”.
E) “vai ficar para trás” é uma oração principal em relação à oração anterior.

QUESTÃO 11

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.
B) restrição, conformidade, confirmação.
C) adição, finalidade, consequência.
D) oposição, condicionalidade, conclusão.
E) complementação, comparação, explicação.

QUESTÃO 12

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em “Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso”, o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em “[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.”, o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em “A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]”, o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em “Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.”, a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em “Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.”, o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).
B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.
C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.
D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.
E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) "O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG)."

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) "[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...]."

[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) "Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...]."

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) "Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...]."

Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) "[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes."

[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 15

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho "o Inhotim é uma entidade privada".

II. A retomada de Inhotim por meio da expressão "um dos maiores museus a céu aberto do mundo" é um exemplo de emprego de descrição indefinida.

III. O uso do pronome possessivo "sua", em "Sua localização privilegiada", é um exemplo de nexo por associação.

IV. O emprego da descrição definida "os visitantes" promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

INSTRUÇÃO: Leia o texto IV para responder às questões de **16** a **20**.

TEXTO IV

Em tempos de fome, o desperdício ainda é um vilão

João Ribeiro da Silva trabalha vendendo hortaliças e legumes na feira de Jaguariúna, interior de São Paulo. Uma das coisas que mais incomoda o feirante é o grande desperdício de alimentos. "A cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo. Com tomate, chego a perder três. Basta a verdura estar um pouquinho menos bonita, que não adianta. Ninguém leva. Levamos muitos alimentos para a doação, mas a maior parte acaba mesmo estragando", relata o feirante.

A realidade descrita por João Ribeiro da Silva é um grave problema que contrasta com a estatística da fome. A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, estima que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçada. Em 2017, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos em condições para o consumo foi para o lixo, o que corresponde a U$ 750 bilhões. Um prejuízo superior ao Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, nossos vizinhos do Mercosul, que juntos produziram pouco mais de U$ 625 bilhões, segundo o Banco Mundial.

Se os números da economia do estrago de alimentos são alarmantes, medidas relativamente simples podem ajudar a amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala. "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes", declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Para o especialista, um plano de conscientização e educação também é essencial para combater o problema do desperdício. "Junta-se a estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio. Os programas de merenda escolar poderiam ter um papel, sendo utilizados como instrumento para prover às novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos."

Disponível em: https://www.comciencia.br/o-enigma-da-fome-vamos-conseguir-supera-lo/. Acesso em: 29 jun. 2023.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso ou para a falta do sinal indicativo de crase está incorreta.

A) "'**A** cada dez quilos de batata vendidos perco em média um quilo.'" (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição "a".)

B) "[...] medidas relativamente simples podem ajudar **a** amenizar o impacto social ocasionado pelo desperdício em larga escala." (Não há crase diante de forma verbal precedida da preposição "a".)

C) "O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate **à** desnutrição." (Há crase diante de substantivo feminino precedido de artigo feminino e da preposição "a".)

D) "Junta-se **a** estas ações a educação do consumidor para reduzir as perdas dentro do próprio domicílio." (Não há crase diante de termo feminino precedido apenas da preposição "a".)

E) "[...] sendo utilizados como instrumento para prover **às** novas gerações uma educação referente ao combate às perdas de alimentos." (Há crase diante de termo feminino precedido de artigo feminino e da preposição "a".)

QUESTÃO 17

Considerando sua tipologia, o texto IV é argumentativo em sua forma predominante de organização porque se caracteriza

A) pelos enunciados descritivos, no presente atemporal, que descrevem certos episódios relacionados ao desperdício de alimentos.

B) pelo esclarecimento sobre um fato no passado relativo ao problema do desperdício de alimentos, com o propósito de fazer saber o que acontece atualmente.

C) pela presença de sequências fáticas que têm por função abrir e fechar a interlocução direta do locutor / autor com o feirante e o especialista.

D) pela refutação do desperdício de alimentos, que contrasta com o problema da fome, e pela apresentação de argumentos favoráveis ao que se deseja defender.

E) pelas prescrições de ações a serem realizadas pelo destinatário do texto, visando à educação para o combate ao desperdício de alimentos.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que o termo em destaque denota o que está apresentado entre parênteses, considerando seu uso no texto IV.

A) "Uma das coisas que **mais** incomoda [...]." (inclusão)

B) "[...] **mas** a maior parte acaba mesmo estragando." (adição)

C) "[...] medidas **relativamente** simples podem ajudar [...]." (referência)

D) "O combate às perdas de alimentos **deve** ser [...]." (persistência)

E) "[...] a educação do consumidor **para** reduzir as perdas [...]." (finalidade)

QUESTÃO 19

Em relação ao texto IV, é correto afirmar:

I. João Ribeiro da Silva é um feirante aborrecido com o grande desperdício de alimentos, que se estragam quando não são vendidos no mercado público de Jaguariúna, interior de São Paulo.

II. O desperdício de alimentos causa um prejuízo maior do que o Produto Interno Bruto de Argentina, Paraguai e Uruguai, que juntos produziram mais de 750 bilhões de dólares.

III. O recolhimento de alimentos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e sua distribuição a comunidades carentes é uma das experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo.

IV. Tanto o governo quanto as organizações não governamentais podem implementar ações para o combate à perda de alimentos, segundo o especialista Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20

Leia este trecho do texto IV.

"O combate às perdas de alimentos deve ser um elemento essencial numa política de combate à desnutrição. Essas ações podem ser implementadas tanto pelo governo como por organizações não governamentais, como mostram várias experiências de 'resgate de alimentos' em andamento em várias partes do mundo, em que alimentos são recolhidos em supermercados, restaurantes e outros pontos em que ocorrem as perdas e destinados a comunidades carentes", declara Danilo Rolim Dias de Aguiar.

Em relação à análise das orações que compõem o período nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O primeiro período desse trecho consiste numa única oração, construída com um sujeito e um predicado, com que se faz uma afirmação.

B) Na primeira oração do segundo período, manifesta-se uma comparação correlativa que estabelece uma igualdade entre duas realidades, marcada por "tanto... como".

C) A segunda oração do segundo período expressa a causa da implementação das ações pelo governo ou por organizações não governamentais, por meio do uso de "como".

D) Na terceira oração do segundo período, a expressão "em que" pode ser substituída pelo pronome relativo "onde".

E) A última oração do segundo período é iniciada por um verbo de elocução, que tem por função indicar o interlocutor, cujas palavras são reproduzidas em discurso direto marcado pelo uso de aspas.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 21

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.
C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.
D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.
E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 22

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.
B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.
C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.
D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.
E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 23

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.
B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.
C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.
D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.
E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 24

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.
III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 25

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.
B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.
C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.
D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.
E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 26

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 27

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 28

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 29

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 30

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.
B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.
C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.
D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.
E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 31

As atribuições básicas das carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais são fixadas pela Lei nº 22.790/2017 e detalhadas em ato do Conselho Superior da referida Defensoria.

Considere as atribuições enumeradas a seguir.

I. Realizar atividades que envolvam o suporte técnico e administrativo, documentação, informação jurídica, gestão de material e patrimônio, levantamento de dados, elaboração de relatórios, expedição e arquivamento de documentos e correspondências, atendimento ao público externo e interno.
II. Desempenhar funções auxiliares necessárias ao cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública e à gestão administrativa, financeira, orçamentária e de pessoal, como o exercício de atividades nas áreas, dentre outras, de assistência social, contabilidade, planejamento, recursos humanos, licitações e informática, desde que compatíveis com o seu grau de escolaridade.
III. Assessorar, por meio do vínculo de fidúcia estabelecido com a autoridade nomeante e em conexão direta com sua independência funcional, na confecção ou na revisão de laudos e documentos pré-processuais ou processuais iniciais, interlocutórias, finais e recursais, antes da juntada nos autos dos expedientes administrativos e dos processos judiciais.

Segundo o que dispõe a referida lei, é correto afirmar que as atribuições

A) do item I são da carreira de Analista.
B) dos itens I e III são da carreira de Técnico.
C) do item II são da carreira de Analista.
D) do item II e III são da carreira de Técnico.
E) dos itens I, II e III são da carreira de Técnico.

QUESTÃO 32

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, não resulta na vacância do cargo público a

A) licença.
B) exoneração.
C) transferência.
D) aposentadoria.
E) promoção.

QUESTÃO 33

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se à esfera privada e também à Administração Pública.

Quanto àquela disciplina sobre o tratamento de dados pessoais pelo poder público, é incorreto afirmar:

A) Aplica-se a LGPD à Administração Pública direta e indireta dos entes componentes da Federação.
B) Aos registros notariais de registro exercidos em caráter privado por delegação do poder público, aplica-se o mesmo tratamento legal dispensado às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, nos termos da lei.
C) Às empresas públicas e às sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, nos termos da Constituição da República, é dispensado o mesmo tratamento legal aplicável às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública.
D) Mesmo na hipótese de dados acessíveis publicamente, é vedado ao poder público, no tratamento de dados, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de base de dados a que tenha acesso.
E) O titular dos dados pessoais tem direito de obter do controlador, em relação aos dados por ele tratados, entre outras medidas, a confirmação da existência do tratamento e o acesso aos dados.

QUESTÃO 34

Murilo foi provido em cargo público da Administração Pública Direta do Estado de Minas Gerais mediante reversão.

Segundo o que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, é correto afirmar:

A) O provimento se deu em virtude de decisão judicial transitada em julgado.
B) A reversão se deu necessariamente a pedido de Murilo.
C) Murilo já havia sido aposentado no serviço público estadual.
D) Por ser determinada judicialmente, a reversão independe de inspeção médica.
E) A reversão tem como causa as limitações sofridas por Murilo em sua capacidade física ou mental, que o impedem de exercer as atribuições de seu cargo original.

QUESTÃO 35

O Estado de Minas Gerais garante regime previdenciário próprio a servidores públicos estaduais.

Segundo o que dispõe a Constituição do Estado sobre a matéria, é correto afirmar:

A) Aplica-se o regime próprio aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos ou de confiança do Estado, incluídas suas autarquias e fundações.
B) O regime próprio tem caráter contributivo, abrangendo contribuição do Estado, dos servidores ativos e também dos aposentados e pensionistas.
C) Visando à sua eficiência e à impessoalidade, o regime será gerido por instituição de natureza privada contratada mediante licitação.
D) Os servidores abrangidos pelo regime próprio serão aposentados compulsoriamente aos setenta anos, com proventos integrais, na forma de lei complementar.
E) No regime especial de previdência, não há distinção do critério de idade entre homem e mulher para fins de obtenção da aposentadoria voluntária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / JURÍDICO

QUESTÃO 36

Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa.

B) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

C) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira; e aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular, sendo certo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

E) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de: trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz e dezoito anos para Vereador.

QUESTÃO 37

Com relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido o direito de herança, e a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *"de cujus"*.

B) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada e não haverá juízo ou tribunal de exceção.

C) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos; a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; e quanto à prática do racismo, constitui crime inafiançável, insuscetível de anistia, graça ou indulto e é imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

D) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa; suspensão ou interdição de direitos.

E) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX, da Constituição Federal; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; cruéis; e às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

QUESTÃO 38

A intervenção federal da União nos Estados e no Distrito Federal será possível nos seguintes casos, exceto:

A) Para assegurar o sistema representativo e o regime democrático.
B) Para assegurar os direitos da pessoa humana.
C) Para assegurar a autonomia municipal.
D) Para assegurar a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
E) Para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos municipais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 39

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal.
B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
D) Considera-se relevante a matéria, para fins de processamento do recurso especial, as ações penais, as ações de improbidade administrativa, ações cujo valor da causa ultrapasse 60 (sessenta) salários-mínimos, ações que possam gerar inelegibilidade, hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e outras previstas em lei.
E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

QUESTÃO 40

Com relação à ordem social e aos povos originários, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
D) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *"ad referendum"* da Câmara dos Deputados, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
E) Os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

QUESTÃO 41

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as seguintes matérias, exceto:

A) Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
B) Concessão de anistia, graça e indulto.
C) Criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.
D) Moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
E) Telecomunicações e radiodifusão.

QUESTÃO 42

No tocante à organização do Estado, prevista na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir.

I. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas à competência privativa da União.

II. O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período.

III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Está(ão) incorreta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas
D) III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 43

Com base no texto constitucional, assinale a alternativa que apresenta as matérias de competência privativa da União para legislar.

A) Legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, financeiro, espacial e do trabalho.
B) Legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
C) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
D) Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
E) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e ciência.

QUESTÃO 44

No que se refere à ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A petição inicial inepta não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

II. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

III. Caso entenda ser necessário, o relator poderá solicitar informações aos Tribunais Superiores, federais e estaduais, acerca da aplicação da norma questionada no âmbito de sua jurisdição, que deverão ser cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias, contado da solicitação do relator.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I, II e III.
D) I e II, apenas.
E) I e III, apenas.

QUESTÃO 45

Sobre a competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar seu regimento interno.
C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Senado Federal dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
E) Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

QUESTÃO 46

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, disciplinados no art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) O Estado deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

B) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

D) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, exceto para aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

QUESTÃO 47

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa correta.

A) A criação, a modificação e a extinção de Defensorias Públicas Especializadas, bem como sua estrutura e suas atribuições, serão fixadas pelo Defensor Público-Geral, mediante proposta do Conselho Superior da Defensoria Pública, observadas a permanência e a prioridade de sua atuação.

B) A implantação das Defensorias Públicas Especializadas independerá da estrutura e dos serviços auxiliares necessários a seu funcionamento, desde que haja previsão para sua implementação estrutural no prazo de 6 (seis) meses da respectiva instalação.

C) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação temporário e de âmbito local ou regional, podendo ser permanente desde que prevista em Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública ou em lei.

D) As Defensorias Públicas Especializadas são órgãos de atuação permanente e de âmbito local ou regional, coordenados por um Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral dentre os seus integrantes, e têm como competência a proteção, a preservação e a reparação dos direitos fundamentais, nestes compreendidos os direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

E) Sem prejuízo de outras áreas de atuação previstas por Resolução do Defensor Público-Geral, as Defensorias Públicas Especializadas atuarão nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, na proteção, preservação e reparação dos direitos de grupos sociais vulneráveis e das pessoas vítimas de qualquer forma de opressão ou violência e nos conflitos fundiários urbanos e agrários.

QUESTÃO 48

Com relação aos deveres e proibições do membro da Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O membro da Defensoria Pública tem o dever de comparecer diariamente, durante o horário regular do expediente, à sede do órgão em que atue, exercendo os atos do seu ofício; ter irrepreensível conduta, pugnando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções; desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral e desempenhar com eficiência e produtividade as atribuições inerentes ao cargo.

B) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência em razão de seu cargo; prestar as informações solicitadas pelos órgãos da administração superior da Defensoria Pública; atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença; respeitar as partes e tratá-las com urbanidade.

C) O membro da Defensoria Pública tem o dever de se declarar suspeito ou impedido, nos termos da lei; manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, especialmente nos que tramitam em segredo de justiça; velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda; sugerir ao Defensor Público-Geral providências para a melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação; interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos.

D) O membro da Defensoria Pública tem o dever de apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas, da tramitação dos processos e das tarefas que lhe forem atribuídas, com sugestões para o aprimoramento dos serviços; exercer, mediante designação do Conselho Superior, a coordenadoria de órgão de atuação da Defensoria Pública e outros cargos de confiança da instituição; integrar comissão de processo administrativo-disciplinar; permanecer no fórum ou nos locais destinados aos órgãos de atuação, em horário necessário ou conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições.

E) O membro da Defensoria Pública tem o dever de representar à autoridade competente quando, no exercício de suas atribuições, tiver conhecimento da prática de infração penal; indicar seu nome e sua condição de Defensor Público, bem como sua matrícula na instituição, em todos os documentos assinados por ele no exercício de suas atribuições; manter arquivo com cópias de manifestações processuais no órgão de atuação da Defensoria Pública e de outros atos praticados no exercício do cargo; obedecer aos atos normativos regularmente expedidos.

QUESTÃO 49

Com base no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, assinale a alternativa que não constitui objetivo prioritário do Estado.

A) Promover as condições necessárias para a fixação do homem no campo.

B) Promover os valores sociais do trabalho garantindo a efetividade da livre iniciativa e livre concorrência.

C) Preservar os valores éticos.

D) Assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos.

E) Promover a regionalização da ação administrativa, em busca do equilíbrio no desenvolvimento das coletividades.

QUESTÃO 50

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

B) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de atuação estratégica previamente estabelecido pelo Governo Federal e aprovado pelo Senado Federal, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

C) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 51

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São também objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

B) São também objetivos da Defensoria Pública a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

C) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

D) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao Poder Executivo.

E) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

QUESTÃO 52

Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedada a exigência de qualificações profissionais.

C) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

E) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 53

No que diz respeito ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 65/2003, sobre a organização da Defensoria Pública do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. A eleição dos membros do Conselho Superior, para mandato de dois anos, será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de novembro, devendo ser convocada com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.

II. A ausência injustificada de membro do Conselho Superior a três reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas, implicará a perda automática do mandato.

III. Ocorrendo a vacância do cargo de Defensor Público-Geral, assumirá interinamente o Subdefensor Público-Geral, e será realizada nova eleição, em trinta dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 54

À luz do disposto na Lei Complementar nº 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a organização nos Estados, sobre a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, assinale a alternativa incorreta.

A) O Corregedor-Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de três quintos do Conselho Superior, antes do término do mandato.
B) A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.
C) A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
D) A lei estadual poderá criar um ou mais cargos de Subcorregedor, fixando as atribuições e especificando a forma de designação.
E) Compete à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

QUESTÃO 55

Com respeito à estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete à Ouvidoria-Geral receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
B) Compete à Ouvidoria-Geral propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.
C) Compete à Ouvidoria-Geral elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
D) Compete à Ouvidoria-Geral estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados.
E) Compete à Ouvidoria-Geral participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

QUESTÃO 56

À luz da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, no que se refere ao Conselho Superior da Defensoria Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública representar ao Corregedor-Geral sobre a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro da Defensoria Pública.

II. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública sugerir ao Defensor Público-Geral a edição de recomendação, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução, para o desempenho de suas funções.

III. Compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a remoção voluntária dos integrantes da carreira de Defensor Público.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) I e II, apenas.
C) III, apenas.
D) I, II e III.
E) II e III, apenas.

QUESTÃO 57

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a afirmativa incorreta.

A) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a qualidade e a eficiência do atendimento.

B) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

C) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

D) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.

E) São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos, a informação antecipada de no mínimo 48 horas sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.

QUESTÃO 58

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

B) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado adotar postura incompatível com a dignidade do cargo.

C) Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

D) É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau.

E) Além das proibições gerais decorrentes do exercício do cargo público, ao membro da Defensoria Pública é também vedado exercer atividade político-partidária enquanto atuar na Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 59

Com relação à organização do Estado e dos Poderes, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Admitida a acusação contra o presidente da República, por 3/5 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

B) Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

C) Compete privativamente ao presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

D) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

E) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

QUESTÃO 60

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 80/1994 no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

B) Cabe à lei dispor sobre os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, que serão organizados em quadro próprio, composto de cargos que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da instituição.

C) Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de 2 (dois) anos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período e podendo ser dispensados do estágio antes de decorrido o prazo de sua duração por meio de próprio pedido ou pela prática de ato que justifique seu desligamento.

D) A Defensoria Pública poderá firmar convênios com associações de classe ou entidades congêneres e assemelhadas, objetivando a manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus membros e servidores.

E) A Defensoria Pública, nos termos da lei, poderá manter estágio profissional para acadêmico de Direito que esteja matriculado nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido.

QUESTÃO 61

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) O processo administrativo-disciplinar será instaurado por ato do Corregedor-Geral e do Defensor Público-Geral, quando recomendado pelo Conselho Superior.

B) Caso a infração seja punível com pena de demissão, caberá ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a matéria.

C) O processo administrativo-disciplinar é confidencial e as sanções disciplinares farão referência exclusivamente ao número do processo e ao fato que lhe deu origem.

D) O membro da Defensoria Pública será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados, para defesa em 15 (quinze) dias contados do efetivo recebimento da notificação.

E) A notificação do membro da Defensoria Pública será feita mediante edital publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, com prazo de 5 (cinco) dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se furtar à realização do ato.

QUESTÃO 62

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas e com privacidade, e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.

B) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem designação, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

C) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, com assinatura devidamente identificada.

D) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, deixar de patrocinar ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu procedimento.

E) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, não ser preso senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediatamente comunicação oral ao Corregedor-Geral da instituição.

QUESTÃO 63

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, em recurso ordinário o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão como também o crime político.

B) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

C) Compete ao Conselho Nacional de Justiça receber as reclamações e delas conhecer contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

QUESTÃO 64

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 65/2003, assinale a alternativa incorreta.

A) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver reincidência em falta punida com advertência ou suspensão por mais de 6 (seis) meses.

B) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio estatal ou de bens e valores confiados à sua guarda.

C) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver incontinência pública escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade ou o decoro inerentes ao cargo e à instituição.

D) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo.

E) A pena de cassação da aposentadoria será aplicada nos casos de falta punível com demissão, praticada no exercício do cargo.

QUESTÃO 65

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

B) São funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

C) A Advocacia-Geral da União é a instituição permanente que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

D) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

E) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 66

Analise as afirmativas a seguir, relativas à interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à nova configuração normativa da improbidade administrativa, conferida pela Lei nº 14.230/2021.

I. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada e nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

II. As novas normas se aplicam aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

III. O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 67

Em relação ao dever de publicidade da Administração Pública e ao direito de acesso a informações sob guarda do poder público, é incorreto afirmar:

A) O pedido de acesso a informações deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.

B) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

C) Os órgãos ou entidades do poder público podem oferecer meios para que o próprio requerente pesquise a informação que necessitar.

D) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo.

E) Quando não for autorizado o acesso a informações sigilosas, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição.

QUESTÃO 68

Considere que uma lei atribuiu o exercício de poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público, que presta apenas serviço público de atuação própria do Estado, em determinada região, onde atuam também concessionários do mesmo serviço público e que, assim, concorrem com a referida sociedade de economia mista.

Nessa situação, em consonância com a mais recente jurisprudência do STF, é correto afirmar que

A) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica da administração indireta.

B) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.

C) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica de natureza empresarial.

D) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é inválida, por se tratar de uma pessoa jurídica que atua em regime concorrencial.

E) a atribuição do exercício de poder de polícia à referida entidade é válida.

QUESTÃO 69

Na hipótese de as atribuições administrativas serem outorgadas por lei aos vários órgãos que compõem a hierarquia, criando-se uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, trata-se de um fenômeno que caracteriza a

A) concertação administrativa.
B) delegação administrativa.
C) descentralização administrativa.
D) descentralização política.
E) desconcentração administrativa.

QUESTÃO 70

Suponha que uma entidade da Administração Pública, com base nas normas gerais de parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, pretende estabelecer uma parceria com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que não envolverá transferência de recursos financeiros.

Nesse caso, o instrumento por meio do qual será formalizada a parceria denomina-se

A) acordo de cooperação.
B) convênio.
C) termo de colaboração.
D) termo de fomento.
E) termo de parceria.

QUESTÃO 71

A doutrina do Direito Administrativo indica hipóteses em que é racionalmente impossível a convalidação de vícios do ato administrativo, pois, se o mesmo conteúdo fosse novamente produzido, seria reproduzida a invalidade anterior.

Segundo esse posicionamento, a convalidação é racionalmente impossível se o ato administrativo apresentar vícios relativos

A) à competência, à finalidade e ao motivo.
B) à competência e ao objeto, apenas.
C) ao objeto, à finalidade, ao motivo e à causa.
D) ao objeto e à finalidade, apenas.
E) ao objeto e ao motivo, apenas.

QUESTÃO 72

De acordo com a lei que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais, satisfeitos os demais requisitos legais, os atos que apresentarem defeito sanável

A) poderão ser convalidados pela Administração.
B) poderão ser convalidados pelo Poder Judiciário.
C) poderão ser revogados pela Administração.
D) prescindem de convalidação pela Administração.
E) serão convalidados pela Administração.

QUESTÃO 73

Analise a proposição I e a razão II a seguir e a correlação entre elas.

I. Em relação ao uso de bem público por particular, conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a precariedade que está presente em todas as modalidades de uso privativo se caracteriza pela revogabilidade da outorga a qualquer tempo, por iniciativa da Administração,

PORQUE

II. mesmo que a outorga seja feita por contrato, com prazo determinado, é possível a sua revogação por motivo de interesse público.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 74

Analise as afirmativas a seguir, relativas à margem de preferência em licitações.

I. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal.
II. A margem de preferência poderá ser estabelecida em favor de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
III. As microempresas e empresas de pequeno porte gozam de margem de preferência em itens de contratação cujo valor seja de até oitenta mil reais.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 75

O procedimento que visa a selecionar previamente bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração denomina-se

A) catálogo de padronização.
B) credenciamento.
C) pré-qualificação.
D) registro cadastral.
E) registro de preços.

QUESTÃO 76

Analise as afirmativas a seguir, relativas à formalização dos contratos administrativos.

I. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á às penalidades legais e à perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.

II. Se o licitante vencedor, regularmente convocado, não assinar o termo de contrato nos respectivos prazo e condições, faculta-se à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

III. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração poderá convocar esses licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 77

A respeito da política tarifária nas concessões de serviços públicos, conforme as normas gerais sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é incorreto afirmar:

A) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, ressalvados os impostos sobre a renda.
B) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação.
C) Desde que haja específica previsão em lei, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
D) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
E) Somente nos casos expressamente previstos em lei, a cobrança de tarifa poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

QUESTÃO 78

Em relação à interpretação prevalecente no Supremo Tribunal Federal, referente à responsabilidade pelos danos causados a terceiros pelos agentes do Estado, atuando nessa qualidade, é correto afirmar que a ação judicial por danos causados por esses agentes

A) deve ser ajuizada contra o Estado e o respectivo agente e, caso comprovado dolo ou culpa deste, ficará assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.
B) deve ser ajuizada contra o Estado, sendo parte ilegítima para a ação o agente autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
C) pode ser ajuizada contra o Estado apenas, cabendo, porém, a este a denunciação da lide àquele agente que entenda ter atuado dolosa ou culposamente e, assim, esteja obrigado a indenizar, em ação regressiva, o valor da indenização a ser paga pelo Estado, se vencido no processo.
D) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, cabendo, porém, a qualquer desses a denunciação da lide ao ente estatal ou ao agente responsável que não tenha sido indicado pelo autor no polo passivo.
E) pode ser ajuizada contra o Estado ou o respectivo agente, sendo que, no segundo caso, o autor da ação terá o ônus de comprovar o dolo ou a culpa do agente.

QUESTÃO 79

Analise a proposição I e a razão II a seguir, ambas relativas à requisição de bens e serviços, e a correlação entre elas.

I. Conforme José dos Santos Carvalho Filho, a requisição somente pode recair sobre bens e serviços privados, sendo inconstitucional a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro,

PORQUE

II. se trata de bens e serviços públicos e inexiste hierarquia entre os entes federativos.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
B) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
C) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
D) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
E) A proposição e a razão são falsas.

QUESTÃO 80

João da Silva, servidor público, depois de três meses sem receber uma parcela de seus vencimentos, impetrou mandado de segurança com o objetivo de receber os valores relativos a essa parcela. Dois meses depois de ajuizar a petição inicial, obteve liminar que restabeleceu o pagamento da referida parcela. A liminar foi cassada dois meses depois da sua concessão. Um ano depois de ajuizar a petição inicial, foi proferida sentença reconhecendo o direito de João da Silva ao recebimento da parcela e declarando a nulidade do ato administrativo que determinara, ilegalmente, a exclusão dessa parcela de seus vencimentos.

Nesse caso, o pagamento dos valores assegurados na sentença concessiva do mandado de segurança será efetuado

A) em relação às prestações vencidas a contar da data da expedição do ato administrativo que ilegalmente determinou a exclusão da parcela dos vencimentos de João da Silva.

B) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da concessão da liminar.

C) somente em relação às prestações vencidas a contar da data da publicação da sentença.

D) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do ajuizamento da inicial.

E) somente em relação às prestações vencidas a contar da data do trânsito em julgado da sentença.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / JURÍDICO

Leia estes textos.

TEXTO I

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

[...]

SEÇÃO III

DA ADVOCACIA

[...]

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

SEÇÃO IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA

[...]

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

São princípios institucionais da Defensoria Pública [...]: a UNIDADE, a INDIVISIBILIDADE e a INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.

É certo que a Defensoria Pública tem um papel diferenciado entre as instituições do mundo jurídico, pois é a instituição que tem por objetivo a concretização do acesso à Justiça a todos indistintamente, sendo, portanto, vital ao processo de efetivação de direitos.

[...]

Via de regra, são considerados necessitados, para fins de atendimento pela Defensoria Pública, aqueles cuja condição econômica não permita pagar as custas do processo ou contratar advogado sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Há casos, entretanto, em que a assistência prestada pela Defensoria Pública independe da insuficiência econômica, como nas hipóteses de curadoria especial ou crianças desamparadas em situação de risco. O caso concreto sempre será analisado para definir se é possível, ou não, o patrocínio pela Defensoria Pública, observando as normas legais e os atos administrativos pertinentes.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. Disponível em: https://defensoria.mg.def.br/dpmg/perfil/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, explicando **a importância do papel do analista jurídico no cumprimento das finalidades institucionais da Defensoria Pública**.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA D

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.